

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO CONCELHO DE ALIJÓ DO DIA VINTE E NOVE DE JUNHO DE
DOIS MIL E SETE**

-----Aos vinte e nove dias do mês de Junho de dois mil e sete, pelas nove horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município reuniu a Assembleia Municipal de Alijó em sessão ordinária com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**UM** – *Exposição do Sr. Presidente da Câmara;* -----

-----**DOIS** – *Pedido de Adesão à Associação de Municípios Portugueses do Vinho;* -----

-----**TRÊS** – *Pedido de Aprovação da 8.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2007*

-----**QUATRO** – *Pedido de Apreciação e Votação relativamente à Revitalização da Linha do Douro;* -----

-----**CINCO** – *Pedido de Aprovação do Estudo de Suspensão Parcial do Plano Director Municipal.* -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** Sr. Dr. Joaquim Alberto de Oliveira Cêrca inicia os trabalhos acompanhado pelo Primeiro Secretário Sr. Humberto João Barbosa dos Santos e pela segunda Secretária D. Maria Filomena Cunha Santos Nogueira. -----

-----Procedeu-se à chamada e verificou-se que faltaram por motivo justificado o Sr. Deputado Manuel João Mesquita Carvalho, faltaram ainda por motivo injustificado os seguintes Srs. Deputados: Joaquim Manuel da Silva Grácio, José Manuel Lourenço Brás, Maria de Jesus Magalhães Vieira Elias e Pedro Elias Perry da Câmara. -----

-----De imediato **O PRESIDENTE DA MESA** coloca à discussão a Acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia vinte e sete de Abril de dois mil e sete e abre Período de Inscrições. Não havendo inscrições a mesma foi colocada a votação, sendo aprovada com 29 votos a favor e uma abstenção. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA:** Em termos de correspondência, dá conhecimento da chegada do Boletim da Associação Nacional de Municípios, outro do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, sobre a importância da rede ferroviária, designadamente na Região do Alto Douro Vinhateiro e do Nordeste Transmontano, uma declaração política do Deputado Álvaro Saraiva, proferida na Assembleia da República de 24 de Maio de 2007; vários documentos do Partido Comunista português, sendo um deles sobre a taxa de deposição de aterro a aplicação do Decreto – Lei 178/2006 de 05 de Setembro; um outro do Partido Comunista Português que tem a ver com o Inter Reg III Espanha – Portugal; Outro ainda do PCP sobre a situação do Museu do Douro e fecho da estação ferroviária do Pinhão nos fins-de-semana e feriados, por decisão da Refer; Chegou ainda outro documento do PCP sobre o plano de dinamização turística das Aldeia Vinhateiras. Dá ainda conhecimento de um documento, que leu e se transcreve na íntegra: “Da Moção aprovada na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal de Vila Real, também da CDU, coligação Democrática Unitária, dando cumprimento ao deliberado na Sessão Ordinária desta Assembleia, junto envio a V. Ex.^a para conhecimento e devidos efeitos, o teor da Moção aprovada que tem a ver com o Quadro Comunitário de Apoio e o Quadro de referência estratégica nacional e os financiamentos respectivos”. Indica que todos estes documentos estão disponíveis aos Srs. Deputados para consulta, se assim o pretenderem. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** dá início ao Período de Antes *da Ordem do Dia*, abrindo inscrições. Usaram da palavra os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO TELMO PINTO:** Indica que na semana decorrente, os média, referenciam um estudo feito a nível nacional relativamente aos Municípios do País, no que concerne essencialmente à sua situação económico – financeira e um quadro que se apresentou negro, relativamente a algumas Câmaras Municipais, questão muito objectiva. Indica que não sabe se existe alguma classificação relativamente à referida listagem dos Municípios, mas se afirmativamente, gostaria de saber em que lugar a Câmara Municipal de Alijó se encontra. -----

-----**DEPUTADO JAIME CARDOSO:** Dirige-se ao Sr. Presidente da Câmara, questionando se tem conhecimento do que se passa com o saneamento de Cheires, está directamente ligado ao Rio Pinhão, conspurcando as águas. Indica que tomou conhecimento através de um aviso afixado num placard da aldeia, que o rio está interdito a banhos, na zona da Ponte da Ribeira. Reforça ainda

que abrange não apenas esta zona mas também desde o Regato das Carvalhinhas até ao Pinhão. Termina afirmando que esta é uma situação bastante depreciadora para o Concelho de Alijó. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos e apresentar o *Ponto Um da Ordem de Trabalhos* “*Exposição do Senhor Presidente da Câmara*”-----

-----**O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA** introduz o *Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos*. (transcreve-se na íntegra a exposição escrita que foi distribuída aos Srs. Deputados Municipais e cujo teor é o que se segue). **EXPOSIÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** Cumprindo o estipulado na alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, apresenta-se de seguida uma informação escrita sobre a situação financeira da Autarquia e sobre a actividade do Município respeitante aos meses de Abril de 2007 (segunda quinzena), Maio e início de Junho de 2007. **1 – Situação**

Financeira da Autarquia: Entre meados do mês de Abril e meados do mês de Junho de dois mil e sete, o Município de Alijó efectuou pagamentos no montante de aproximadamente €1.980.000,00 (um milhão, novecentos e oitenta mil euros). A dívida a fornecedores, incluindo empreiteiros, fornecedores de bens de investimento e bens de natureza corrente, cifra-se em meados de Junho em €5.300.000,00 (cinco milhões e trezentos mil euros). Os empréstimos são pagos de acordo com as cláusulas contratuais, tanto a nível das amortizações como dos juros. Relativamente a obras participadas, têm sido pagas conforme os pedidos de pagamento efectuados e dentro dos prazos legais. O prazo médio de pagamento continua a 30 dias, no que respeita a dívida aos fornecedores do Concelho. No que respeita a receita, o Município arrecadou durante o período em análise a quantia de aproximadamente €2.333.000,00 (dois milhões, trezentos e trinta e três mil euros). **2 – Actividade do Município:** **a – Actividade administrativa e de prestação de serviços:** Durante o período ora em apreço mantiveram-se abertos e em pleno funcionamento, os gabinetes e serviços desta Autarquia para tanto vocacionados, prestando o normal atendimento aos munícipes, esclarecendo as dúvidas surgidas, instaurando, tramitando e concluindo os processos que lhes estão afectos, encaminhando os cidadãos para os serviços respectivos, deferindo ou indeferindo autorizações e/ou licenciamentos, tudo dentro dos parâmetros definidos por Lei. **b – Actividade cultural e desportiva:** a – Actividade cultural:

Biblioteca Municipal

<u>MÊS</u>	<u>LEITORES INSCRITOS</u>	<u>LIVROS REQUISITADOS</u>	<u>VÍDEOS REQUISITADOS</u>
ABRIL	1	199	-

MAIO	4	185	-
JUNHO	2	68	-

Biblioteca Itinerante

<u>MÊS</u>	<u>LEITORES INSCRITOS</u>	<u>LIVROS REQUISITADOS</u>	<u>VÍDEOS REQUISITADOS</u>
ABRIL	0	700	-
MAIO	14	999	-
JUNHO	1	72	-

Auditório Municipal

Estatísticas

Abril		
Atelier	Atelier de Dança	25
Música	Conversa entre Carlos Paredes e Zeca Afonso	38
Filme	A Teia da Carlota	81
Filme	Um Trunfo na Manga	36
Filme	O Escolhido	25
Filme	O Bom Pastor	47
Maio		
Atelier	IpiNÊSpês	12
Filme	Cartas de Iwo Jima	10
Filme	Os Robinsons	21
Filme	Missão Solar	23
Filme	300	19
Filme	Mr. Bean em Férias	107
Junho		

Filme	Homem Aranha - 3	143
Filme	As Pragas	35
Filme	Piratas das Caraíbas	161

Actividades Gratuitas

Teatro	Auto da Barca do Inferno	482
Música	Concerto da Liberdade	232
Exposição	Exposição de Trabalhos Realizados em Cursos TAMA	200
Música	Eliminatórias Karaoke	250
Exposição	Exposição “Desabrochar no Douro”	120
Música	Educação Musical	150
	Celebração Eucarística	300
	Acção de Sensibilização “Tabaco”	150
Música	Sarau Musical	300
	Homenagem a António Livramento	100
Literatura	Lançamento de Livros “Apoio a Novos Talentos”l	50
Música	Final Karaoke	250
Música	Concerto Instrumental Orff	150
Exposição	Exposição “Diversidades”	60

Espaço Internet: Abril: 2430 utilizadores, Média de idades: 19; Maio: 2893 utilizadores, Média de idades: 19; Junho: 1695 utilizadores, Média de idades: 19. b – Actividade desportiva: Actividades de Carácter Contínuo: Escola de Natação – continuação das actividades da Escola, que está dividida em 3 grandes classes (dos 2 aos 7 anos; dos 8 aos 16 anos; adultos), que se subdividem em níveis de aprendizagem. Actividade de características formativas que possibilita aos seus alunos, desde os 2 anos, não só a aprendizagem das várias técnicas da natação, mas também o aperfeiçoamento técnico e melhoria das suas capacidades coordenativas e condicionais. Hidroginástica – Uma actividade de sucesso. É uma actividade praticada por pessoas de várias faixas etárias, é o casamento perfeito do ritmo e do prazer de estar dentro de água. Actividades de Academia – Onde se inclui a prática de Aeróbica, Step e Localizada. Dirigida a pessoas de várias faixas etárias e que procuram o aperfeiçoamento técnico e a aprendizagem. Estas aulas são uma oportunidade para todos aqueles que gostam de actividade física “indoor” realizarem uma prática desportiva regular com uma

componente de ritmo e dinamismo sempre presente. Actividades de Academia – Com início no dia 23 de Abril, as aulas de Danças Latinas e Hip-hop são dirigidas a todas as faixas etárias, para que desta forma possamos alargar a oferta da prática de actividade física “indoor”. Escola de formação desportiva Municipal – Este projecto de animação desportiva proporciona aos jovens do concelho a possibilidade de iniciar e praticar um variado leque de actividades de índole desportiva. Esta actividade funciona todos os sábados de manhã e é enquadrada por professores/treinadores com vasta experiência nas várias disciplinas. Actividades Pontuais. Dia 05 de Maio - Encontro de Escolas de Natação em S. João da Pesqueira. A equipa da escola de Natação de Alijó compareceu com cerca de 20 atletas distribuídos pelos vários escalões. Dia 05 de Maio - Encontro de Gira-Volei na Cidade da Régua. A Escola de Formação Desportiva de Alijó compareceu com cerca de 50 atletas distribuídos pelos vários escalões. Dia 27 de Maio – “Festand” Festa do Andebol em Vidago. A Escola de Formação Desportiva de Alijó compareceu com cerca de 30 atletas distribuídos pelos vários escalões. Dia 09 de Junho – Celebração do XXV Campeonato do Mundo em Hóquei Patins Portugal x Espanha. Dia 16 de Junho – “Festand” Festa do Andebol em Vila Real – “O Bugalho”. A Escola de Formação Desportiva de Alijó compareceu com cerca de 30 atletas distribuídos pelos vários escalões.

Entradas no Complexo para utilização da Piscina

Abril 2007

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escola de Natação	407
Escolas 1º ciclo	367
Escolas E.B. 2, 3 e Secundária	270
Lazer	294
Aeróbica	121
Hidroginástica	124
Clube de Natação	1494
Artes Marciais	66
Danças (ventre)	10
TOTAL	Entradas 3153

Maio 2007

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escola de Natação	507
Escolas 1º ciclo	705
Escolas E.B. 2, 3 e Secundária	192
Lazer	247

Aeróbica	101
Hidroginástica	155
Clube de Natação	266
Artes Marciais	14
Danças Latinas	160
Hip-Hop	137
Danças (ventre)	44
TOTAL	Entradas 2528

c – Gabinetes de Apoio ao Cidadão e Gabinete de Extensão Autárquica: Tendo como principal finalidade minorar os problemas encontrados no dia-a-dia dos munícipes, os Gabinetes de Apoio ao Cidadão (GAC) situados em Carlão, Pinhão, Sanfins do Douro e Vilar de Maçada e o Gabinete de Extensão Autárquica (GEA), têm desenvolvido diversos esforços nesse sentido. As intermediárias continuam a desenvolver todas as actividades normais, tais como: realização de ofícios e apoio às Juntas de Freguesia onde estão instalados os GAC, assim como, para diversas Instituições: PT, EDP, Centro Nacional de Eleições, Segurança social, requisições diversas à Câmara Municipal, apoio na elaboração de trabalhos informáticos, elaboração de cartazes informativos, colaboração com diversas instituições existentes nas freguesias, elaboração de notícias e reportagens para o Portal Espigueiro. A pesquisa e navegação na Internet continua a ser uma das actividades mais requisitadas, verificando-se cada vez mais, uma maior independência nas pessoas, especialmente nos mais jovens, nessas tarefas, tendo sempre o auxílio das intermediárias. Também neste período foi prestada assistência no preenchimento das declarações de IRS e das declarações anuais de rendimentos dos reformados, para o centro de saúde, para isenção das taxas moderadoras. Quanto ao Gabinete de Extensão Autárquica, o Agente tem prestado apoio às Intermediárias, tentado resolver os problemas informáticos que têm surgido. Tem sido a ponte entre os GAC, recebendo as informações e pedidos, e a Câmara Municipal, onde faz chegar a voz dos munícipes que frequentam esses Gabinetes. A colocação de informações no Sítio da Câmara, assim como no painel electrónico existente no jardim Dr. Matos Cordeiro, também têm sido uma função executada pelo Agente do GEA.

Alguns Números:

GAC	FEVEREIRO 2007	MARÇO 2007
CARLÃO	480	570
PINHÃO	508	432

SANFINS DO DOURO	522	440
VILAR DE MAÇADA	415	892

De salientar que os números presentes são referentes a utilizadores e não a utilizações, já que um utilizador pode requerer mais do que um serviço e só é contabilizado uma única vez.

Posto de Turismo: Abril: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de vinte e nove portugueses, nove espanhóis, cinco brasileiros, dois norte-americanos; dois irlandeses, três alemães e um francês. Prestação de informação turística documental a entidades várias. Continuação do Curso de Pintura a Óleo. Abertura do Posto de Turismo ao Fim-de-semana (10.30h/12.30h - 14.00h/ 16.30h). Maio: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de dezanove portugueses, nove ingleses, seis franceses, oito alemães, dois belgas, um brasileiro e dois israelitas. Prestação de informação turística documental a entidades várias. Continuação do Curso de Pintura a Óleo. Abertura do Posto de Turismo ao Fim-de-semana (10.30h/12.30h - 14.00h/ 16.30h). Colaboração na Organização do Festival de Karaoke – 1.ª e 2.ª semi-finais. Junho: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de vinte e cinco portugueses, dois canadianos, dois espanhóis, seis alemães, quatro ingleses, um belga, dois norte-americanos, um brasileiro, um checo. Prestação de informação turística documental a entidades várias. Continuação do Curso de Pintura a Óleo. Abertura do Posto de Turismo ao Fim-de-semana (10.30h/12.30h - 14.00h/ 16.30h). Colaboração na Feira de Velharias e Antiguidades de Vale de Mendiz. Colaboração na organização do evento em Homenagem a António Livramento. Colaboração na Organização da Final do Festival de Karaoke.

c – Obras e Intervenções Municipais: * Reparação de rupturas de água; * Corte de mato e limpeza de valetas; * Tapagem de buracos e colocação de massa betuminosa; * Colocação de sinalética vertical e horizontal no concelho; * Trabalhos vários em diversas escolas do 1.º ciclo do ensino básico; * Desentupimento de saneamentos, fontanários, ribeiros e limpeza de nascentes; * Colocação de tubos em PVC 0.75 em condutas danificadas; * Limpeza de estradas; * Abertura de estradas; * Reparação e limpeza de depósitos; * Montagem e desmontagem de palcos para diversas actividades; * Colocação de depósitos; * Abertura e tapagem de valas; * Colocação de bocas-de-incêndio; * Trabalhos vários no Teatro Auditório Municipal de Alijó * Trabalhos vários no Edifício da Câmara Municipal; * Pequenas obras na casa do Cabo do Posto da GNR – Alijó; * Reparação de condutas; * Limpeza de ruas; * Demolição de uma casa em ruínas; * Colocação de quadros eléctricos para a Feira de Antiguidades em Vale de Mendiz; * Calçetamento de várias ruas; * Trabalhos vários relacionados com a concentração de motards em Alijó; * Remoção de manilhas danificadas; * Trabalhos vários na Capela de Francelos; * Colocação de lâmpadas nos tanques de Vila Chã; * Abertura de ramais de água; * Montagem e desmontagem de barracas para a Feira das Aldeias Vinhateiras; * Colocação de projectores na Igreja de Cotas; * Obras no Bairro Social de Alijó; * Limpeza de jardins; - **Lançamento, acompanhamento e execução dos seguintes concursos:** - Execução da beneficiação de estradas no concelho (Lugar da Cerca ao Cemitério de Vila Chã) - em concurso; - Execução da beneficiação de estradas no concelho (Cruzeiro de Cabeda ao lugar do

Carqueijal) - em concurso; - Execução da beneficiação de estradas no concelho (Cruzamento de Pegarinhos à Escola Primária) - em concurso; - Projecto de Requalificação Urbana da Rua Francisco Artur Martins / Rua Eng. Delfim Magalhães - em concurso; - Projecto de Requalificação Urbana da Rua Francisco Artur Martins / Rua Eng. Delfim Magalhães - em concurso; - Construção das Bancadas do Campo de Futebol – em concurso. **d – Acção Social, educação e saúde pública: a** – Acção Social: Atendimento / Encaminhamento de situações; Apoio psicossocial; Acompanhamento e apoios vários à Comissão de Protecção de Crianças e jovens (acompanhamento de crianças para consultas, internamento em lares, cedência de viatura para visitas domiciliárias); Desenvolvimento das acções no âmbito da Rede Social – preparação do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho (PDS), conclusão da reformulação do Diagnóstico Social; Projecto "NOVOS RUMOS" – Candidatura ao Programa Progride - Medida 2, em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Alijó - tem por objectivo intervir junto de famílias disfuncionais, Crianças e Jovens em risco, situações de violência doméstica e criação de um CAO Para deficientes Continuação das acções promovidas: Gabinete de Apoio ao Jovem; Grupos de trabalho com famílias que apresentam dificuldades em gestão doméstica; - Início de estudos sociológicos sobre violência doméstica no Concelho; - Início do levantamento das situações de abandono escolar no Concelho; - Projecto Piloto para a implementação do Programa de Treino de Competências Sociais, dirigido a uma turma do 7º ano, da Escola E,B 2,3 de Alijó. No próximo ano lectivo pretende-se alargar este programa a todos os alunos, bem como às Escolas Primárias; - Realização do 1.º Curso de Educação Parental. Realização do Passeio Convívio à quinta da Malafaia. Participaram nesta actividade 400 idosos oriundos de todas as Freguesias do Concelho. Realização da acção de formação "Novas e Velhas Drogas", que se realizou nos dias 17 e 18 de Maio, dirigida a técnicos da Área social. Participaram nesta acção 22 técnicos. Aprovação do Projecto "Pensar o Presente, Criar o Futuro" – Este projecto foi candidatado ao Programa Escolhas, pela Santa Casa da Misericórdia de Alijó e do qual a Autarquia é Parceira. Prevê-se o seu início para 2 de Julho. A intervenção deste projecto incidirá no combate ao insucesso e o abandono escolares. Apoio a Idosos e Deficientes - Dada a incapacidade da Segurança Social em dar resposta a todas as solicitações a nível dos apoios para ajudas técnicas, a Autarquia tem vindo a adquirir alguns dos equipamentos mais solicitados tais como cadeiras de rodas e camas hospitalares, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos idosos e deficientes do Concelho. De forma a rentabilizar estes equipamentos, adoptou-se a modalidade de empréstimo, sempre que as famílias deixem de necessitar dos equipamentos, estes são devolvidos à Autarquia para serem emprestados a outros idosos. - Assim, até ao momento encontram-se emprestadas 20 camas hospitalares no Castedo, Alijó, Carlão, Sanfins do Douro, Vila Verde, Vilar de Maçada, S. Mamede, Pegarinhos e Vila Chã e procedeu-se a: - Atribuição de fraldas a idosos e deficientes acamados do Concelho; - Até ao momento encontram-se emprestadas 18 cadeiras, no Castedo, Alijó, Carlão, Vilarinho de Cotas, São Mamede, Vila Chã, Sanfins do Douro, Vilar de Maçada e Pegarinhos. Habitação: - Apoio para obras de reparação em habitações degradadas de famílias de fracos recursos (1 situação Alijó); - Acompanhamento psicossocial dos agregados intervencionados; - Informação e orientação sobre programas e/ou medidas de apoio à habitação - Atribuição de um fogo no Conjunto Habitacional de Cotas. Programa "SOLARH": N.º de processos concluídos desde o início do Programa – 18; N.º de processos entrados – 0; N.º de processos aprovados – 1; N.º de processos aprovados e que se

encontram em fase de obras – 2; N.º de processos a aguardar aprovação – 0; N.º de processos a aguardar parecer técnico da Câmara – 0; N.º de processos indeferidos – 0; N.º de processos suspenso – 0; N.º de desistências – 0. Apoio na Saúde- Integração socioprofissional de toxicodependentes - Programa Vida –Emprego: Neste momento, estão em acompanhamento: Processos concluídos com integração plena desde o início do Programa – 25; Processos concluídos sem integração – 6 (a não integração foi por decisão dos utentes e não pelas entidades empregadoras), Estágio Profissional de Integração Socioprofissional – 1; Processos em preparação – 6; Medida “Apoio ao Emprego” – 5; Processos cancelados – 0; Processo concluído a aguardar resposta para integração – 0; Processos em candidatura – 1.

Apoio Acção Social Escolar: - Apoio no transporte escolar de crianças com deficiência, que frequentam estabelecimentos especializados, APPCDM de Sabrosa e APPC de Vila Real;- Apoio a nível de refeições a crianças do 1.º Ciclo e Pré - Escolar;- Apoio a nível das refeições a crianças de famílias desfavorecidas. b - Educação: * Continuação do Programa de Generalização do Ensino de Inglês e outras Actividades de Enriquecimento Curricular para todos os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico do concelho de Alijó – Ensino de Inglês, Expressões, Ensino da Música e Actividade Física e Desportiva (Educação Física e Natação); * Programa de Generalização do fornecimento de Refeições para os alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico – fornecimento de refeições escolares aos alunos das Escolas 1.º CEB de Alijó, Granja, Pinhão, Vilar de Maçada, Pegarinhos, Sanfins do Douro, Vila Verde, Vila Chã, Favaio, S. Mamede de Ribatua, Carlão e Ribalonga; * Protocolo de Cooperação do Pré-Escolar – fornecimento de refeições (Alijó, Granja, Presandães, Favaio, Pegarinhos, Pinhão, Ribalonga, Santa Eugénia, Vila Chã e Vilar de Maçada) e de prolongamento de horário (Alijó, Granja, Castedo, Presandães, Favaio, Pegarinhos, Pinhão, Ribalonga, Santa Eugénia, Vila Chã, Vilarinho de Cotas e Vilar de Maçada) às crianças do Pré-Escolar público; * Distribuição de briquetes e lenha pelas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins-de-infância Públicos; * Transportes escolares, salvaguardando o princípio da uniformização dos horários escolares independentemente da localidade; * Transporte das crianças do 1º CEB provenientes das escolas que encerraram em virtude do reordenamento da rede escolar; * Cedência de transporte para visitas de estudo de todos os níveis de ensino; * Cedência de transporte para Desporto Escolar da Escola Secundária de Alijó, Escola EB 2,3 de Alijó e Escola EB 2,3 do Pinhão; * Cedência de transporte a todos os deficientes do concelho para a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Vila Real e Associação Portuguesa de Pais de Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Sabrosa (transporte diário e transporte semanal); * Realização de obras de reparação e beneficiação em edifícios escolares e espaços circundantes; * Obras nas Escolas 1.º CEB de Favaio, Sanfins do Douro e Vilar de Maçada; * Desinfecção e limpeza de recintos escolares; * Divulgação de iniciativas e actividades promovidas por várias entidades junto dos Agrupamentos Verticais de Escolas de Alijó e do Pinhão e da Escola Secundária de Alijó; * Colocação de Auxiliares de Acção Educativa nos Infantários Públicos – prolongamento de horário (Alijó, Castedo, Favaio, Granja, Pinhão, Pegarinhos, Presandães, Ribalonga, Santa Eugénia, S. Mamede de Ribatua, Vila Chã, Vilar de Maçada e Vilarinho de Cotas); * Colocação de Auxiliares de Acção Educativa para apoiar alunos e crianças nas refeições (Alijó, Vila Verde, Sanfins do Douro); * Colocação de alguns Recursos Humanos (POC) em Vila Chã, Favaio, São Mamede e Alijó, apoio às refeições, transportes e prolongamento; * Preparação e realização do Dia Mundial da Criança; * Fornecimento de equipamento imobiliário e material didáctico em algumas Escolas do 1.º

CEB; * Protocolo com o Núcleo de Sabrosa da Cruz Vermelha Portuguesa com vista à implementação de outros cursos EFA (Educação e Formação de Adultos) no concelho de Alijó. c – Saúde Pública: - Inspeção do pescado fresco vendido no Mercado Municipal de Alijó e no supermercado Intermarchê; - Inspeção da carne fresca vendida em todos os talhos do concelho de Alijó; - Controlo do destino das matérias da categoria 3 (subprodutos), geradas pelos talhos do concelho de Alijó, conforme o disposto no Regulamento CE/1774/2002 do Parlamento Europeu e do Concelho de 2002/10/04, e o Decreto-Lei nº 244/2003 de 07 de Outubro; - Vistorias para concessão de licença de utilização de estabelecimentos de venda de produtos alimentares; - Emissão de pareceres relativos a projectos de instalação de explorações pecuárias, e de estabelecimentos de venda de produtos alimentares; - Emissão de pareceres relativos a veículos de venda ambulante de produtos alimentares; - Resolução de queixas de insalubridade apresentadas à Câmara Municipal; - Captura de 5 canídeos em cada mês, e seu posterior envio para o Canil Municipal de Lamego, ao abrigo do protocolo estabelecido com essa edilidade; - Prestação de cuidados de saúde animal, com consultas a custo zero para o proprietário; - Assistência médico-veterinária ao centro de reprodução de coelho bravo da Câmara Municipal de Alijó; - Campanha de vacinação anti-rábica (época normal) com deslocação a todas as localidades do concelho; - Colaboração com a Guarda Nacional Republicana, em solicitações relacionadas com problemas de saúde pública; - Colaboração com a Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes no registo dos produtores de mel existentes no concelho de Alijó, e distribuição de fármacos necessários a esta actividade; e – **Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local**

Área de Intervenção	Participantes	Objectivos	Forma de Intervenção
Concelho de Alijó – Pópulo Sector Agro-Pecuário: - Poclga Familiar em Regime Complementar	. GADL; . Promotor; . Associação Nacional de Criadores de Suínos da Raça bisara de Vinhais; . Veterinário da Associação. . Subcomissão Parlamentar de Agricultura da Assembleia da República	. Criação de porcos da raça Bisara em regime semi extensivo	. Visitas de trabalho periódicas à exploração, para acompanhamento da actividade; . Visita de Trabalho da Subcomissão Parlamentar de Agricultura no âmbito de visitas dirigidas às explorações de raças autóctones na região.
Concelho de Alijó – Favaios Sector do Turismo: - Aldeias Vinhateiras	. GADL; . CCDRN; . Câmaras Municipais das seis aldeias vinhateiras; . ADETURN e Regiões de Turismo; . Associação de Municípios Douro Sul; . Empresa de Consultoria	Preparação e Apresentação do Festival das Aldeias Vinhateiras em Favaios, cujo objectivo é o de criar na população residente, bem como em todas as entidades culturais do Concelho presentes, compromisso de envolvimento e um espírito de pertença, por forma a que este festival seja vivido como um evento	. Reunião de Trabalho de preparação da Apresentação do Festival; . Participação na apresentação do Festival das Aldeias Vinhateiras.

	INPUBLIC; - IPPAR. . Presidente da Junta de Freguesia de Favaio;	fundamental na dinamização turística da aldeia vinhateira.	
Concelho de Alijó – Alijó Sector - Turismo	. CMA; . UTAD; . Entidade Bancária (BES).	. Valorização e Transformação de Recursos associados ao Douro/Duero através de Projecto Transfronteiriço “Dourinov”	Participação no Workshop do projecto Transfronteiriço “Dourinov” realizado em Alijó.
Concelho de Alijó – Alijó Sector - Empreendedorismo	. GADL; . Empresa de Consultoria (SPA/GLOCAL).	. Participação dos potenciais empreendedores na formação com o objectivo de criação do seu próprio negócio.	. Reuniões de trabalho com SPA (empresa que efectua enquadramento dos projectos propostos e formação aos potenciais empreendedores); . Formação dada aos empreendedores que realizaram o Mini Plano de negócios, com o objectivo de criação do seu próprio negócio;
Concelho de Alijó (Sector Cinegético – Zona de Caça Municipal de Alijó - ZCMA- Proc. DGRF n.º 2596)	. GADL; . Colaborador da CIBIO; . Guardas Florestais Auxiliares; . Conselho Cinegético; . DGRF	. Melhorar a Gestão da ZCMA.	. Realização de Censos com vista a uma melhor Gestão da ZCMA, bem como forma de obter informação acerca do sucesso dos repovoamentos realizados; . Registo Periódico do estado dos bandos de perdizes colocados na ZCMA; . Serviço administrativo da ZCMA; . Foram efectuadas acções de profilaxia “vacinação” no Posto de Reprodução de Coelho Bravo existente na ZCMA; . Realização de repovoamentos de Coelho Bravo; . Reunião do Concelho Cinegético; . Fiscalização da gestão da ZCMA; . Apresentação dos resultados de exploração à DGRF relativa à época venatória 2006/2007
Concelho de Alijó (Sector Cinegético – Zona de Caça Municipal de Alijó - ZCMA - Proc. DGRF n.º 2596)	. Executivo Municipal; . GADL; . Clube de Caça e Pesca de Alijó; . Federação das Associações de Caçadores da 1ª Região Cinegética (FACIRC); . Caçadores da ZCMA	. Realização de actividades desportivas relacionadas com a caça: - Prova de Santo Huberto ” a contar para o Campeonato Regional da 1ª Região Cinegética; - Compak Sporting -, motivando os caçadores a exercitar cinco modalidades de tiro, promovendo o espírito desportivo do caçador, a formação na correcta prática técnica,	. Realização da 1ª festa do Caçador.

		legal e cívica que este acto cinegético impõe.	
Concelho de Alijó – REVIDOURO 2007	. GADL	. Divulgação do evento a todas as empresas locais do sector vitivinícola, gastronómico e do artesanato.	. Contribuição na preparação do evento a todas as empresas por carta, e-mail, bem como visitas personalizadas, permitindo uma auscultação sobre as perspectivas destas empresas face ao evento.
Concelho de Alijó (Sector Florestal)	- GTF e DGRF.	- Avaliação e planeamento do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios – nível municipal; - Esclarecimentos sobre o trabalho desenvolvido pelos GTF's no que diz respeito à elaboração e execução do PMDCFI.	- Seminário “ Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios” – Centro Regional de Formação Agrária de Mirandela.
Concelho de Alijó (Sector Florestal)	- GTF, Vice-Presidente (representando o Município), Aflodounorte, Comissão de Baldios de Francelos.	- Esclarecimento sobre a constituição e formação de uma Zona de Intervenção Florestal e sua importância no Concelho.	- Sessão de esclarecimento em Francelos.
Concelho de Alijó (Sector Florestal)	- GADL.	- Conhecimento da área para elaboração de projecto florestal.	- Levantamento perimetral dos baldios da Freguesia de Vila Chã.
Concelho de Alijó (Sector Florestal)	. GADL e GTF.	- Realização do Passeio Todo-o-Terreno “Alto Douro Vinhateiro”.	- Levantamento perimetral do percurso a ser realizado pelos participantes de todo o País; - Colaboração com os B.V. de Alijó no processo de organizativo.
Concelho de Alijó (Sector Florestal)	- GTF, CMDFCI.	- Melhorar o combate aos incêndios florestais, operacionalização dos meios de vigilância e combate no terreno para a época de incêndios de 2007.	- Elaboração e aprovação do Plano Operacional Municipal (POM) e envio aos serviços florestais.
Concelho de Alijó (Sector Florestal)	- GTF de Alijó, GTF de Vila Pouca de Aguiar, GTF de Sabrosa, GTF de Ribeira de Pena, GTF de	- Operacionalização dos meios de Vigilância, Detecção e Combate aos Incêndios Florestais - POM 2007; - Directiva Operacional Distrital.	- Apresentação dos POM para 2007. - Apresentação da Directiva Operacional Distrital.

	Murça, 2º Comandante Operacional Distrital, Sr. Governador Civil.		
Concelho de Alijó (Sector Florestal)	. GTF. . Forestis.	- Aproveitamento da Biomassa Florestal – benefícios para a economia e desenvolvimento rural.	- Presença no Seminário Biomassa Florestal – uma oportunidade para a valorização e defesa da Floresta.
Concelho de Alijó (Sector Florestal)	- GADL, GTF.	- Sensibilizar a população escolar e a população em geral para a problemática dos Incêndios Florestais.	- Planeamento e organização da presença da Campanha Respirar no Concelho de Alijó.

Outras actividades relevantes: * Celebração do Protocolo de Cedência das Instalações da Residência de Estudantes da Granja entre a Câmara Municipal de Alijó e a DREN – Direcção Regional de Educação do Norte; * Homologação, pelo Ministério da Educação, da Carta Educativa Municipal.

Alijó, 21 de Junho de 2007, O Presidente da Câmara, José Artur Fontes Cascarejo, Dr.

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Inicia a sua intervenção dirigindo-se ao Sr. Deputado Telmo Pinto, dizendo que, felizmente devido ao esforço que esta Autarquia tem, encetado desde a primeira hora que assumiram funções, não figuram nem da lista dos piores, nem na lista negra dos que não cumprem com as suas responsabilidades em conformidade com a Lei das Finanças Locais. Esclarece ainda que, com o esforço e compreensão de todos os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, sem excepção, tem sido possível à Câmara Municipal de Alijó, continuar investimentos imprescindíveis para o desenvolvimento sustentado e equilibrado do Concelho e ao mesmo tempo, ir reduzindo a dívida que foi sendo assumida por outros Executivos e tinha que ser assumida para não perderem verbas dos diferentes Quadros Comunitários de Apoio. Indica ainda que não considera justo para as Câmaras que estão nesta situação, estar a apontá-las como se fossem os maus da fita de todos os problemas que existem em Portugal. A responsabilidade é dos diferentes Governos e da Administração Central pela forma como foram gerindo os diferentes Quadros Comunitários de Apoio não estabelecendo limites à capacidade de endividamento. Indica que vai ser distribuída uma fotocópia da fonte “Jornal de Notícias”, onde podem ver que as Câmaras que estão pior, são exactamente as que mais recebem e que mais receitas próprias têm. De todos os sectores da Administração do Estado, desde o Governo; sector da Administração Pública

concentrada e desconcentrada, empresas públicas e privadas e empresas mistas; as Câmaras Municipais, na sua globalidade, são os que mais contribuíram para a diminuição de défice público e são os que em termos de percentagem desse mesmo défice representam neste momento uma percentagem absolutamente ridícula, comparativamente com o sector administrativo do Estado e comparativamente com os gastos do próprio Governo. Indica que, por ser de inteira justiça, é necessário não tentar confundir a árvore com a floresta e passar a imagem ou a ideia de que os Autarcas são todos “um bando de incumpridores”, pois não é verdade. Os Autarcas foram, tanto no passado como actualmente, colocados perante um dilema que se traduz na seguinte opção: ou se endividam para fazer obra, recorrendo aos fundos comunitários e para garantir a contrapartida nacional desses mesmos investimentos; ou, em alternativa, não se endividam, não fazem obra, parando o seu Concelho e sendo ultrapassados por outros. Esclarece que no caso do Concelho de Alijó, quer no tempo dos seus antecessores, quer no seu tempo, têm conseguido equilibrar os investimentos necessários com o equilíbrio financeiro, agradecendo aos funcionários da Autarquia, e principalmente aos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, por compreenderem que sem este esforço conjunto, hoje estariam também na lista negra, significando que não poderiam candidatar-se aos próximos Quadros Comunitários de Apoio, não poderiam recorrer à banca para fazer investimentos necessários para o nosso desenvolvimento. Assim teriam que entrar num plano de reestruturação da dívida, limitando-se a pagar o que devem. A Câmara Municipal de Alijó, vai continuar a fazer o que tem feito até à presente data: prioridade ao pagamento e escalonamento da dívida e prioridade aos investimentos estratégicos. No que diz respeito à questão levantada pelo Sr. Deputado Jaime Cardoso, no que concerne ao saneamento, o Sr. Vereador responsável e a Sra. Presidente de Junta de Sanfins do Douro, comunicaram que existe esse problema. Indica que candidataram Cheires à reestruturação dos saneamentos que estão a fazer em todo o Concelho, candidatura na área do ambiente, mas a mesma não obteve aprovação porque não tinha população em número suficiente de acordo com os critérios da candidatura. Esclarece que as Aguas de Trás-os-montes e Alto Douro não incluíram esse problema na sua rede de construção de mini Etar's. Lembra que já informou os técnicos e a Sra. Presidente da Junta de Freguesia, que embora esse investimento não esteja coberto pela candidatura, a Câmara Municipal, porque achava prioritário e porque considera que no Concelho de Alijó, não pode haver Portugueses de primeira e portugueses

de segunda, nem pode haver Múncipes de primeira e de segunda, nem pode haver Freguesias de primeira e de segunda ou localidades de primeira e de segunda, vai resolver este problema. Esclarece ainda os Srs. Deputados sobre outra notícia que surgiu na comunicação social e que deve “encher de vergonha os responsáveis por tamanho acto”. Indica que vão ser distribuídas fotocópias de uma notícia publicada no “Jornal de Notícias”, sobre a falta de civismo, falta de respeito e atitudes que classifica como “verdadeiramente inqualificáveis”, de alguns e que põe em causa, não apenas o ambiente e a riqueza do Património Natural, mas também o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal e o dinheiro de todos os contribuintes investidos na área do ambiente do Município de Alijó. A referida notícia está datada de 27 de Junho de 2007 e intitulada “despejos selvagens conspurcam estradas”. Solicita ao Sr. Presidente da Mesa que inclua esta notícia, assim como a anterior sobre as Câmaras, na Acta desta Reunião de Assembleia Municipal de Alijó, as quais se transcrevem na íntegra:

Alijó

ALMEIDA CARDOSO



Lixos são despejados mesmo ao lado dos contentores próprios para o efeito

Despejos “selvagens” conspurcam estradas

- ▶ Paisagem natural do Alto Douro Vinhateiro está pejada de detritos
- ▶ Falta de educação cívica ignora contentores próprios para o lixo

Almeida Cardoso

A pesar de todo o esforço investido nas campanhas em curso visando a limpeza e preservação da paisagem natural do Alto Douro Vinhateiro, ainda existem “nódoas negras” em alguns pontos daquele território classificado como património da Humanidade.

É o que ocorre no concelho de Alijó, designadamente na Estrada Nacional 212, entre aquela vila e o Tua. Próximo de S. Mamede de Ribatua, e junto àquela via, está criada uma autêntica lixeira a céu aberto, apesar do local ter um contentor para recolha de “monstros” e mais cinco contentores para depósito de lixos domésticos. Colchões, plás-

ticos, garrações, bacias e mobiliário diverso são alguns dos resíduos sólidos amontoados no local.

Cerca de cinco quilómetros mais à frente, e já a caminho da Foz do Tua, encontra-se outra lixeira a céu aberto. Os dejectos estão espalhados pela encosta virada para o rio Tua ao longo de várias dezenas de metros e situada numa zona paisagística de excelência.

Ao que foi possível apurar pelo JN, todos aqueles lixos são despejados a coberto da noite. Outra zona que foi convertida em depósito de “despejos selvagens” fica próxima da aldeia da Chã.

Confrontado com esta situação, o presidente da Câmara Municipal de Alijó, Artur Cascarejo, manifestou a sua revolta por aquilo que classifica como “a gritante falta de educação ambien-

tal que ainda persiste”. E cívica, já agora.

“Tudo temos feito em prol do ambiente. A factura mensal tem aumentado em acções ligadas à sua preservação e à implementação de boas práticas – neste momento, já ronda os 50 mil euros mensais”, garantiu. E questiona-se, perplexo e indignado: “Como é possível existirem, num determinado local, seis contentores, e mesmo assim as pessoas colocarem o lixo no chão?”

O autarca aproveitou para recordar que a “autarquia está envolvida num programa de erradicação de dissonâncias ambientais, em que colaboram a CCDRN e a UTAD”, e que tem feito “um grande esforço” na ampliação da rede de pontos de recolha de lixo no concelho. “Não posso colocar um polícia em cada canto a ver quem infringe as regras ambientais”, lamentou. ◀

Maioria das câmaras não tem como pagar dívidas

- ▶ Anuário do Técnicos de Contas indica que 101 autarquias ultrapassaram o limite de endividamento
- ▶ Lisboa, Gondomar, Covilhã e Sines são apontadas como encontrando-se em situação de falência

Alexandra Marques

Entre 307 municípios portugueses que foram sujeitos a uma auditoria – não foi analisado o concelho madeirense da Ribeira Brava – 236 não têm liquidez para pagar as dívidas contraídas. E, no final de 2005, 48 câmaras municipais encontravam-se em situação de ruptura financeira. Estas informações constam no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2005, apresentado ontem, em Lisboa, pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

No relatório, as autarquias de Lisboa, Gondomar, Covilhã e Sines são apontadas como estando em situação de falência. Segundo avançou ontem, "o Jornal de Negócios" ao abrigo da Nova Lei das Finanças Locais, seriam tidas por insolventes pelo Governo e obrigadas a cumprir um "plano de emergência" e sujeitar a sua gestão ao crivo do Ministério das Finanças.

O documento revela também que, o número de municípios que não recorrem em 2005 ao crédito bancário praticamente duplicou em relação ao ano anterior. Passaram de 33 para 63 as autarquias que não contraíram empréstimos à banca.

Evidente é a situação de aperto financeiro em que as câmaras estão. Segundo o documento, os credores chogam a esperar 18 meses pelo pagamento das dívidas.

Das 307 autarquias analisadas foram 123 as que se esforçaram e conseguiram amortizar os maiores montantes de dívida contam-se Lisboa, Loures, Oeiras, Seixal que saldaram cinco milhões de

Municípios mais endividados

1 Braga 96 364 408	13 Coimbra 75 358 018
2 Guimarães 88 949 594	14 Figueira da Foz 60 956 137
3 Vila do Conde 81 068 084	15 Covilhã 82 497 572
4 Maia 128 184 183	16 Leiria 86 972 383
5 Matosinhos 63 267 139	17 Cascais 63 701 987
6 Valongo 57 291 282	18 Sintra 94 727 489
7 Porto 198 579 975	19 Loures 96 758 075
8 Gondomar 118 388 413	20 Amadora 59 074 172
9 V. N. Gaia 231 199 876	21 Odivelas 60 475 428
10 Sta. Maria da Feira 53 936 911	22 Lisboa 956 794 650
11 Oliveira de Azeméis 56 802 365	23 Seixal 60 352 012
12 Aveiro 16 117 954	24 Setúbal 82 366 637
	25 Funchal 86 786 860



Estudo sobre as contas dos municípios traça um panorama negro

I Dados de 2005
I Valores em euros



Há fornecedores dos municípios que esperam 18 meses até serem pagas as dívidas

eros, cada, segundo noticiou o "Diário de Notícias". Mas segundo a Antena Um, Lisboa possui o maior buraco financeiro", com 72% das dívidas a fornecedores.

Entre os que pediram mais do que amortizaram encontram-se Gondomar, Guimarães, Santa Maria da Feira, Gaia, Odivelas, Amadora e Cascais.

Números do aperto financeiro municipal

178

milhões de euros deve a Câmara de Gaia à banca. Muito menos do que os 490 milhões de euros devidos pela autarquia lisboeta.

299

dos 307 municípios analisados têm uma liquidez deficitária na ordem dos 980 milhões de euros.

Segundo a mesma fonte, das grandes autarquias, Gaia, Maia e Gondomar são as que registam a maior taxa de endividamento líquido, de acordo com a Lei das Finanças Locais.

As melhores comportadas
Viseu, Braga, Amarante, Penedono e Vidigueira foram as autarquias que pagaram em menos tempo aos fornecedores. Meira e Penedono não pediram crédito à Banca, mas também não amortizaram verbas em dívida.

De acordo com os autores do estudo, 101 das autarquias terão superado o limite de endividamento correspondente a 125% do total das receitas (dos impostos cobrados e da dotação orçamental respectiva).

Póvoa de Varzim destaca-se por 29% das receitas terem sido fruto da prestação de serviços e venda de bens e Almada por ter a melhor liquidez financeira. <

"Câmara de Gondomar paga tudo a 60 dias"

▶▶ A Câmara de Gondomar "paga tudo num prazo médio de 60 dias", disse Valentim Loureiro, desmentindo os dados do Anuário. "A base do erro é que não perceberam que a dívida de longo prazo à EDP não é para pagar em 15 dias ou em dois meses. Foi negociada a 20 anos e o pagamento está a ser rigorosamente cumprido", disse. No final de 2005, a Câmara tinha uma dívida total de 118,3 milhões de euros,

dos quais 64,7 milhões à EDP. Dívida, argumenta, que se inclui nas exceções ao endividamento previstas pela Nova Lei das Finanças Locais. Referindo-se aos autores do estudo como "académicos de pacotilha", apresentou o relatório semestral da Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas do Norte, em que Gondomar está entre as 11 câmaras que pagam aos fornecedores em menos de três meses. <

Oliveira de Azeméis está a renegociar as dívidas

▶▶ Investimentos considerados imprescindíveis, aproveitando o actual quadro comunitário de participações, quebra de receitas e o surgimento de mais despesas em consequência da atribuição de novas responsabilidades por parte da administração central, são as principais justificações apontadas pela Câmara de Oliveira de Azeméis para a demorada liquidação das suas dívidas a for-

necedores. O vereador do pelouro financeiro assegura que, em 2006, se verificou uma "melhoria" relativamente ao ano anterior no pagamento a pequenos e médios fornecedores. António Rosa garantiu, ainda, que os prazos de liquidação das dívidas de valor mais avultado estão a ser "renegociadas com sucesso". Para o vereador do PS, António Alberto, o problema reside na falta de "um plano estruturado de pagamento". SR

Esclarece ainda que a notícia é um exemplo de como o investimento de uma Autarquia, o trabalho de todos, pode ser conspurcado, violentado e desrespeitado porque não têm capacidade de ter atrás de cada pessoa, um polícia, porque o que se passou é verdadeiramente vergonhoso. Efectivamente no referido local, existem seis caixotes de lixo e as pessoas colocam o lixo na estrada, em vez de o colocar nos respectivos caixotes. Esclarece ainda que, conforme está na notícia, a Câmara de Alijó já investe nesta área, uma verba mensal a rondar os 50 mil euros. Tal como podem verificar na foto da notícia, existe no local, onde depositar os detritos. Questiona o que podem fazer mais para além da campanha dos cartazes “Douro Limpo”, espalhados pelo Concelho, em parceria com a CCDRN, com a UTAD e com as escolas para uma tentativa de eliminar as dissonâncias ambientais no Concelho de Alijó. Informa que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Mamede de Ribatua pediu para colocar esta situação pois as pessoas continuam a colocar o lixo onde lhes apetece e não no sítio adequado. Esclarece que tal acontece igualmente noutras partes do Concelho, tal como a Estrada entre Alijó e o Tua, em que as pessoas colocam os veículos junto às escarpas do Tua e despejam para sítios verdadeiramente inacessíveis, que só com uma grua muito profunda podem lá ir. Indica ainda que com a chuva, com os ventos, com os problemas naturais, em termos ambientais, há detritos que já estão em sítios verdadeiramente inacessíveis, que só de helicóptero poderão ser removidos. Informa que o que podem continuar a fazer é denunciar estas situações e por isso, na sua intervenção que fez à TVI, pediu ajuda para denunciar estas situações, para ver se a vergonha cobre a cabeça e os actos das pessoas responsáveis por estas agressões e se quando virem uma pessoa a cometer um acto desta gravidade, têm que ter também a responsabilidade ética, cívica e moral de, imediatamente tirar a matrícula dessa viatura e a denunciar às brigadas do ambiente da GNR e à Câmara Municipal. Esclarece ainda que irão ser absolutamente implacáveis na aplicação da sanção máxima que a Lei permitir para este tipo de situações. Já utilizaram todos os meios a nível da pedagogia, ao nível da prevenção, da sensibilização, das campanhas, passando agora à acção, actuando junto dos que reiteradamente prevaricam de uma forma tão grosseira como aquela que está na notícia. Comunica a aprovação da Carta Educativa do Concelho de Alijó pois, tal como é do conhecimento de todos, esta foi apresentada e aprovada ainda no Mandato anterior e durante muito tempo, juntamente com outras, esteve entregue à análise dos técnicos do Ministério da Educação,

Direcção Regional de Educação do Norte e há pouco tempo foi aprovada juntamente com muitas outras, numa sessão pública em Almada. Esclarece ainda que a Carta Educativa apenas foi agora aprovada porque o Ministério da Educação não queria aceitar os seis pólos – a hipótese mais optimista apresentada no estudo da UTAD relativamente ao reordenamento da rede – mas apenas dois pólos: Alijó e Pinhão. A Câmara Municipal transmitiu ao Ministério da Educação que apenas havia duas opções: ou aprovavam a Carta Educativa tal qual como ela foi aprovada em Reunião de Câmara e Assembleia Municipal ou não faziam qualquer alteração à que já estava aprovada nos órgãos Municipais. Informa que devido a esta firmeza na posição do Executivo, que a Carta Educativa foi aprovada com os seis pólos e cabe a todos, principalmente aos responsáveis políticos, desde o poder à oposição e a todos os Srs. Presidentes de Junta, ajudarem a viabilizar estes seis pólos, porque no próximo Quadro Comunitário de Apoio, vai haver muito dinheiro, para investir a sério nos referidos pólos, mas se não houver alunos, o que conquistaram hoje, podem vir a perder amanhã, passando a ter apenas dois pólos, tal como pretendiam alguns tecnocratas “sem alma que consideravam que seria a melhor solução para o Concelho de Alijó”. Transmite ainda as principais conclusões do Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses que decorreu há cerca de quinze dias nos Açores e informa que as principais conclusões e linhas orientadoras estão num documento que se encontra nos seus serviços de apoio, dado que é um documento bastante extenso e pode ser consultado. No entanto esclarece que o referido Congresso, nas suas linhas gerais, assumiu uma atitude de enorme responsabilidade de todas as Autarquias, comprometendo-se num processo negocial com o Governo a aceitar transferência de novas competências na área da educação, da saúde, da acção social, do ambiente e do ordenamento do território, mas com uma contrapartida muito clara: só aceitam essa transferência de competências se a mesma for acompanhada da respectiva mochila financeira; Relativamente a este processo de transferência de competências, informa que a parte que está mais avançada tem a ver com o Ministério da Educação, porque têm vindo a trabalhar com os Municípios para fazer este trabalho em conjunto, nomeadamente de reordenamento da rede e de transferências de competências graduais, nomeadamente ao nível do pré-escolar e o 1.º Ciclo do Ensino Básico. Este processo é o que está mais avançado, tendo inclusive um instrumento de planeamento que permite balizar a intervenção de cada um (Administração Central e Administração Local) neste contexto, são as Cartas

Educativas. A Associação de Municípios defendeu e defende que a exemplo do que sucede na Educação, as transferências de competências nas outras áreas, possam ser enquadradas em Cartas Específicas para cada uma delas: assim como a Carta Educativa do Concelho de Alijó refere explicitamente um acordo entre a Administração Central e a Administração Local, relativamente aos investimentos na rede do Concelho, o mesmo se devia passar no que diz respeito à saúde, à acção social e a todas as áreas que o Governo pretenda transferir para o domínio Autárquico. Ao nível das transferências de competências, a Associação Nacional de Municípios, considera que as Autarquias devem ser chamadas a pronunciar-se sobretudo ao nível do planeamento e da gestão dos equipamentos e das políticas de territorialidade, viradas para os cidadãos de cada Município. Também ao nível do ambiente e do Ordenamento do Território, se prepara um pacote legislativo que já está em curso e foi confirmado por Sua Excelência o Sr. Primeiro – Ministro, numa reunião efectuada com todos os Autarcas do Distrito e todos os membros do Governo. Este é um pacote na área do ambiente e do Ordenamento do Território, que visa simplificar processos, agilizar procedimentos e em última análise, fazer com que os Planos Directores Municipais, os Planos de Urbanização, os Planos de Pormenor e o próprio Licenciamento Urbano, bem como os loteamentos, possam ser claramente simplificados, possa ser eliminado um conjunto de passos burocrático – jurídicos que só atrapalham a vida do cidadão. Indica como exemplo, os Planos Directores Municipais que vão deixar de ser rectificadas em Conselho de Ministros, os Planos de Pormenor, os Planos de Urbanização, etc, vão todos ser elaborados e articulados em duas escalas: escala local e escala regional, ou CCDRN. Dá o exemplo concreto de um cidadão que mete um projecto para construir a sua casa na Autarquia. Hoje, tal como é do conhecimento de todos, para além de uma série de procedimentos burocrático – administrativos, esse projecto, é analisado pela Autarquia e do seu ponto de vista pode estar impecável, estando pronto para licenciar, mas antes do Licenciamento necessita do parecer do Serviço nacional de Bombeiros, da saúde, das Estradas, ou seja, de uma série de pareceres externos que muitas vezes entre pedir o parecer, a entidade receber o processo, analisá-lo e devolvê-lo novamente à Câmara Municipal, passam-se meses e por vezes anos. Indica ainda que esta “verdadeira via sacra” de documentos vai acabar. Numa situação desta natureza, o projectista apresenta o projecto à Câmara Municipal, esta analisa-o e em última análise, havendo alguma desconformidade, o processo é enviado à CCDRN. Esta última, marca um dia com todos os

técnicos responsáveis pela entidades, os técnicos da Câmara e o projectista, e naquele dia da reunião tem que sair o “sim” ou “não”. Esclarece que a isto se chama “simplex” aplicado a uma das áreas que mais complicações tem trazido a todos e à vida não apenas dos cidadãos mas também das empresas. Este mesmo procedimento vai aplicar-se às empresas e empreendimentos na área do Turismo. Relativamente a esta matéria indica que na reunião que tiveram no Hotel Vintage House, a qual teve início às 20 horas e termino às 04 da manhã, com os catorze Presidentes de Câmara, Sua Excelência Sr. Primeiro – Ministro e os membros do Governo, foi o próprio Primeiro – Ministro que elogiou o maior investimento privado na área do turismo até ao presente momento, realizado não apenas no Concelho de Alijó, mas também na Região. Refere-se ao investimento da Quinta da Romaneira, que neste momento já vai em trinta milhões de euros, investimento de doze investidores estrangeiros, maioritariamente Franceses. O mesmo foi elogiado pelo próprio Presidente da Republica Francesa, numa conversa com sua Excelência o Sr. Primeiro – Ministro. Esteve presente, na apresentação da Quinta da Romaneira o Sr. Secretário de Estado do Turismo e ele próprio foi o primeiro a reconhecer que esta infra – estrutura inaugura um novo conceito de turismo de que não existe exemplo algum no nosso País. O que existe de transcendente na Quinta da Romaneira é um espaço de quatrocentos hectares com cerca de três quilómetros de frente para o rio, onde tem um SPA, uma piscina coberta, outra piscina descoberta, vai ter um restaurante panorâmico aberto ao público, num sitio verdadeiramente fabuloso, pois é ao mesmo tempo um Miradouro natural sobre o Douro. Tem ainda uma adega, mas para além de tudo isto, o que faz a qualidade, a diferença e a excelência é a decoração dos interiores. Indica que não há naquele espaço uma sala, um quarto, uma casa de banho iguais, não existe um compartimento com a mesma cor. Têm um colorista especializado apenas para as cores, têm também uma série de especialistas em decoração de interiores. Indica ainda que têm motivos de decoração de interiores de todo o mundo e quando analisado o todo, podem verificar que existe uma harmonia, como se as peças tivessem origem numa mesma cidade, num mesmo espaço e num mesmo local. Outra coisa que faz a excelência deste espaço é que cada turista que se dirija a este investimento, vai ter uma equipa de trabalhadores individualizada para os tratar. Dá como exemplo uma pessoa que está instalada numa suite, mas quer almoçar ou tomar o pequeno-almoço no meio da vinha, desloca-se até lá e a refeição será servida nesse local. Este investimento está marcado por três palavras: qualidade, diferença e

excelência. Esclarece ainda que este grupo, tem apenas outro investimento desta natureza, em Marrocos, em pleno deserto, para onde levam os turistas de helicóptero. Afirma que para o Concelho de Alijó, este investimento já está a ter retorno, porque neste momento estão lá empregadas oitenta pessoas, onde contam muitos jovens de todo o Concelho. Foi também informado que quando este investimento estiver a trabalhar a “todo o gás”, não vai ficar apenas com sessenta pessoas, indo provavelmente para duzentos postos de trabalho directos, acrescido dos postos indirectos. Este investimento trouxe riqueza, qualidade e excelência e emprego para Cotas e para o Concelho de Alijó. Informa que a Câmara Municipal está a tentar atrair outro tipo de investimento do género para trazer qualidade e excelência ao Concelho de Alijó. Não pretende com isto afirmar que, o que já existe no Concelho não tem qualidade, dando como exemplo o Vintage House, a Pousada Barão de Forrester e um conjunto de investimentos no turismo em espaço rural, os quais também vão usufruir das vantagens destes investimentos, porque as pessoas que têm capacidade para pagar mil euros por dia numa diária num investimento desta natureza, terão curiosidade em conhecer o Concelho no qual estão inseridos. Desta forma têm que ter capacidade e motivos de atracção para os levar a conhecer os Miradouros, os Roteiros Arqueológicos, a Gastronomia, as gentes e a terra. Lembra que no dia da apresentação falou ao responsável francês deste investimento, nas características do Concelho de Alijó, particularmente a caça e a pesca, a Norte o Património Arqueológico: Santuário de Perafita, Anta da Fonte Coberta, Botelhinha, Pala Pinta em Carlão e Castros existentes por todo o Concelho. Falou-lhes ainda da Aldeia Vinhateira de Favaios, do Santuário Religioso de Sanfins do Douro, dos Miradouros de todo o Concelho, referindo que para além da beleza daquele sítio, existem muitos outros igualmente belos. Expressou-lhes ainda o desafio para eles próprios não investirem apenas nesse espaço e pensarem também noutros espaços, porque a Câmara Municipal de Alijó, estará de braços abertos a esse tipo de investimentos. Informa ainda que lançou um desafio de em conjunto com a Câmara Municipal viabilizarem uma parceria pública – privada para de uma vez por todas construir e gerirem a pista dos 3 km, do Aeródromo da Chã. Na reunião com Sua Excelência Sr. Primeiro – Ministro, para além de tudo isto, defenderam que para o próximo Quadro Comunitário de Apoio a plataforma logística, situada no Alto do Populo, como Plataforma Logística Intermodal para camiões TIR, para investimentos na área da promoção do emprego, numa perspectiva não de mera Zona Industrial,

mas numa perspectiva mais moderna de Plataforma Logística de área de serviços e multiusos. Nessa mesma reunião, Sua Excelência, o Sr. Primeiro – Ministro lançou um desafio ao Presidente da CCDRN que também estava presente, para ajudar as Câmaras de Alijó, Murça e Sabrosa na implementação, no mais curto espaço de tempo possível deste projecto, criador de emprego e gerador de riqueza. Lembra que este é um projecto antigo, com origem no Mandato anterior, que vai agora ser encaminhado para o próximo Quadro Comunitário de Apoio 2007/2013, na área dos investimentos supra Municipais. Nessa mesma reunião com Sua Excelência o Sr. Primeiro – Ministro foi uma vez mais apoiada pelos sete Municípios da Associação de Municípios do Vale do Douro Norte a construção do Aeródromo. Foi lá lembrado o que os Srs. Deputados já conhecem, que no Mandato anterior apresentaram esta Candidatura para a elaboração do Plano Director Municipal do Aeródromo, a qual foi aprovada com voto favorável de todas as sete Câmaras. Indica que vão continuar com persistência, teimosia, determinação e com todo o esforço a apostar nesta infra – estrutura porque ela é absolutamente determinante não apenas para a criação de emprego mas sobretudo por transformar, não apenas o Concelho de Alijó, mas o Douro num espaço de excelência e de desenvolvimento. Indica ainda que por ser de inteira justiça, não poderia deixar de referir todos aqueles que têm contribuído, que têm insistido nesta ideia, tal como o trabalho desenvolvido pelo Sr. Deputado Aníbal Ferreira, quando foi Presidente da Câmara, assim como o trabalho desenvolvido pelo Sr. Presidente da Junta de Vila Chã e de todos os Executivos até à presente data, que de uma forma ou outra, não deixaram morrer esta ideia, faz com que neste momento, Alijó, possa lutar em pé de igualdade com outros que têm mais população e mais força do que nós, na aposta desta infra – estrutura. Esclarece que vão continuar a ultrapassar as batalhas para que no final a “vitória possa ser nossa”, vitória essa que será de todos e de cada um mas sobretudo daqueles que não desistem e continuam determinados em avançar com estes projectos estruturantes para o Concelho de Alijó. Informa que defenderam igualmente nessa reunião, um assunto que vai ser discutido na Ordem de Trabalhos e tem a ver com a linha férrea do Douro, pois transmitiram a Sua Excelência Sr. Primeiro – Ministro que não compreendem como é que os Espanhóis estão a requalificar a linha férrea até à fronteira e aqui apenas existe uma aposta na linha férrea do Porto à Régua e da Régua em diante, apenas vemos desistência, desinvestimento, etc. Disseram ainda a Sua Ex.^a Sr. Primeiro – Ministro e ao Ministro das Obras Públicas e a todos os

membros do Governo presentes, que a linha férrea Porto – Salamanca liga quatro Patrimónios Mundiais: Porto, Alto Douro Vinhateiro, Foz Côa e Salamanca e que deve continuar a ser explorada não apenas numa perspectiva turística, mas também numa perspectiva de transporte de mercadorias. Esclarece que o transporte de mercadorias quer pela via fluvial quer pela via de caminhos-de-ferro, é mais barato, mais eficiente e menos poluente do que a via rodoviária. Ainda ao nível das apostas estruturantes e de carácter supra Municipal foi afirmado por Sua Ex.^a o Sr. Primeiro – Ministro e membros do Governo, não apenas nessa reunião, mas depois em público na inauguração do último troço da A24, duas ideias fundamentais para o desenvolvimento: a primeira, a prioridade Nacional que o Governo vai dar à transformação do IP4 em auto-estrada do Porto até Bragança. Numa primeira fase Porto – Vila Real, numa segunda fase Vila Real – Bragança. Ao nível do Distrito de Vila Real foi-lhes dito e comprovado por estatística pelo Governo, que neste momento o Distrito de Vila Real já está ao nível da rede prevista no Plano Rodoviário Nacional acima da média nacional. A média Nacional é de 60 % e no Distrito de Vila Real já estão com a inauguração da A24 a 78 %. Desta forma a prioridade nacional do Governo, agora, é fazer a auto-estrada Amarante – Vila Real e depois Vila Real – Bragança, porque o Distrito de Bragança é neste momento o único que não tem um único quilómetro de auto – estrada. Foi também reafirmado que este projecto só foi possível pelo processo de engenharia financeira das SCUTS, que é um processo que salva vidas, porque a forma como está a ser construída, é de acordo com as novas e mais modernas técnicas de construção deste tipo de infra estruturas. Indica ainda que está provado que desde que elas foram construídas, o número de sinistralidade mortal tem diminuído de forma absolutamente avassaladora no Distrito de Vila Real e foi também defendido, como prioridade nacional, as chamadas estradas de coesão: o IC5 e o IC26. O IC5 vai ligar Pópulo até ao nó de Nouzelos e foi reafirmado, quer na reunião interna, quer publicamente, que este vai começar pelo Concelho de Alijó, porque teve uma postura de Estado, quando no tempo do seu antecessor, Dr. Cêrca, hoje Presidente da Assembleia Municipal, decidiu abdicar da ligação Alijó – Pópulo, quando o Estado lhe disse que havia uma sobreposição sobre o IC5. Lembra que na altura o IC5 era para nascer em Murça e foi o Executivo anterior, juntamente com as Câmaras de Carraceda, Vila Flor e Alfandega da Fé, que fizeram com que o que estava previsto no Plano Rodoviário Nacional, fosse desviado de Murça porque esta já tinha uma via estruturante, o actual IP4, para o Concelho de Alijó. A contra partida que exigiram na

altura, porque a Variante se situa praticamente no mesmo sítio, foi não fazerem duas estradas, uma ao lado da outra. Então fizeram a Variante, até onde está feita actualmente e o resto vai ser coberto pelo IC5. No que diz respeito à ligação Pópulo – Vila Pouca de Aguiar, esta encontra-se atrasada e não é considerada prioridade pelo Governo, porque este considera que havendo a A24, a ligação a Vila Pouca de Aguiar via A4 e depois A24, é uma excelente ligação. Esta poderá ainda ser realizada mas está apenas numa fase de estudo prévio e não será realizada nos próximos tempos. Foi ainda informado que vai ser dada prioridade absoluta a todos os projectos considerados de Interesse Nacional para a Região de Trás os Montes e Alto Douro, entre os quais se encontra a Biomassa Florestal, cujo concurso está a decorrer e só ainda não foi concluído porque houve um concorrente que foi excluído e reclamou para o Tribunal. Lança ainda um desafio a todos os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, a todos os vitivinicultores, todos os agricultores, sobretudo da zona onde existe floresta, pois de nada adianta ter uma Biomassa na Região se depois a massa florestal não estiver ordenada. É absolutamente imprescindível que o Concelho de Alijó avance para as Zonas de Intervenção Florestal, para ordenar a floresta e os agricultores verem dois problemas resolvidos: primeiro, o problema dos incêndios e da nova legislação que os obriga a fazer a limpeza das matas, caso contrário, sobre os próprios proprietários, recairão multas pesadas; segundo, retirarem algum rendimento das suas próprias florestas porque a Central de Biomassa vai precisar de matéria – prima para carburar. Indica que não tem a mínima dúvida que os responsáveis pela Central de Biomassa não vão negociar com todos e cada um dos pequenos e médios agricultores que têm floresta. Eles vão procurar negociar com o menor número possível e a solução será a concentração e a gestão profissional desse espaço. Lança novamente o apelo a todos os Srs. Presidente de Junta de Freguesia desta área, que em conjunto com a Câmara Municipal e os profissionais nesta matéria, avancem de forma decisiva para a constituição das Zonas de Intervenção Florestal, porque quando estiver a Central de Biomassa a trabalhar, eles não querem saber se a Biomassa vem do Concelho de Alijó ou de outro Concelho e vão buscá-la onde ela existir e estiver organizada. Segunda questão ainda ao nível do sector produtivo relativamente à zona sul do Concelho, indica que foi uma vez mais afirmado, referido e sublinhado que o futuro do pequeno e médio vitivinicultor, passa pela concentração do sector cooperativo e há duas hipóteses para este sector: ou se concentram ou vão entrar num processo de morte lenta. Indica ainda que hoje estão a tratar desta concentração a nível

concelhio, mas o próprio Primeiro – Ministro e o Secretário de Estado da Agricultura, que era o membro do Governo responsável por esta área presente na reunião, afirmaram de forma clara e inequívoca que este é apenas um passo para uma concentração ainda maior, que consiste em transformar o Douro numa única unidade operativa. A ideia do Governo e de todos os estudos nesta área, apontam para que ao nível do Douro, exista apenas e só uma marca: a palavra DOURO e tudo o resto são sub marcas e sub títulos. Fazem-no com base em estudos de mercado que detectaram no cliente final, relativamente aos nossos produtos vitivinícolas, esta contradição: acham-nos excelentes mas ficam extraordinariamente confusos com a pluralidade de marcas, de nomes e de linhas de engarrafamento com os quais são confrontados. Para o Americano, o Chinês, o Australiano, o Canadiano, só existe uma realidade conhecida: Porto (vinho) e Douro (Região). Refere que é necessário pegar nas marcas e profissionalizar todo o sector neste sentido. Lembra que lhes foi dito claramente que quem não o fizer e quem julgar que vai sobreviver sozinho, pode aguentar mais uns anos mas é uma agonia lenta, porque os mercados vão avançar de uma forma inexorável. O mercado Chinês é já um mercado fortíssimo em termos de potencial, o Americano, o Canadiano e também há vinhos a ser feitos noutros lados como na Austrália, Nova Zelândia e esses têm o nome da Região. Dá o exemplo do Alentejo, onde se pode ler Vinho – Alentejo e depois aparece o sub título. Transmite que lhe foi dito claramente que têm que fazer no vinho, o que fizeram no sector leiteiro: concentrar e entregar a gestão a profissionais e cada adega funcionar como um produtor que entrega o seu produto a quem depois o vai gerir e colocar no mercado. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO JAIME CARDOSO:** Inicia agradecendo a informação prestada sobre a fossa séptica que lhe parece não ser um problema tão difícil de resolver que não devesse estar já resolvido, pois também é relativamente económica. A Câmara tem máquinas e pessoal próprio, tornando a situação muito simples. Indica que o rio, na época de Verão junta cerca de sessenta carros, muitos emigrantes, com o sonho de tomar banho no rio Pinhão e não o podem fazer. Refere ainda que não são apenas pessoas de Cheires, mas Sabrosa, Soutelinho, Favaios e Sanfins do Douro. Dá os parabéns ao Sr. Presidente por todas as ideias, todos os desenvolveres e acções que tem feito para o bem do Concelho de Alijó. No que concerne ao vinho, há uma unificação das adegas que vai

ser praticamente impossível sem alterar o código Cooperativo. Indica que na Democracia todos são iguais e ter acesso a igualdades, ao desenvolvimento e estudo, sendo interessante ver o problema económico, sendo que este sector se rege põe leis totalmente diferentes das Democráticas. Indica que no art.º 62 do Código Cooperativo, iguala o voto, voto que é totalmente desqualificado, quando um lavrador tem quinhentas videiras e quando um lavrador tem quinhentos milheiros. O problema de não alteração do Código Cooperativo, há mais tempo é que tem levado ao fracasso de uma série de Adegas Cooperativas, porque os lavradores médios a grandes, que têm saído das Cooperativas, em função daquilo ser mal gerido e da Direcção ser eleita não por uma maioria mas por uma maioria de pessoas. Se alterasse o Código Cooperativo, dando um voto por hectare, um voto por milheiro, um voto por qualquer coisa que o qualificasse economicamente, quem tivesse mais interesses, tinha mais peso, tipo uma sociedade anónima. O pequeno agricultor só tem uma saída, a Adega Cooperativa, mas esta tem que ser bem gerida, com meios de eleger pessoas realmente capazes. Pede desculpa se está a ferir susceptibilidades de alguém ligado a Cooperativas, pois não é sua intenção porque como produtor e engarrafador de vinhos, tem todo o respeito e chama como sua madrinha, como produtora engarrafadora, a Adega de Favaios, onde encheu os primeiros vinhos. Indica que só tem que dizer bem das Adegas e das pessoas, o que está em causa é que não são eleitos. Questiona porque é que no Alentejo as Cooperativas têm realmente sucesso, estão apetrechadíssimas, estão a funcionar bem, não é só por causa do terreno e do seu granjeio ser 10 % dos custos e com uma produção muito elevada, com irrigação já implantada há anos. Indica ainda que o número de cooperadores é pequeno e todos eles grandes, têm interesses económicos a defender, colocando lá um bom economista a gerir a cooperativa e tudo funciona mais ou menos em condições. No Douro isso não tem acontecido porque impera um minifúndio e é natural que um indivíduo que trabalha para um lavrador com um quintalzinho com quinhentos, mil ou duas mil videiras, vai granjear aquilo como um jardim. Afirmo ser apaixonado pelo Douro, o qual considera um “jardim colossal”, que só poderá ter sucesso nos grandes investimentos como um SPA ou a Romaneira, se continuarem a existir vinhas. Ninguém deseja que o lavrador deixe de ter o seu quintal, senão fica a faltar um “cantinho no nosso jardim”, sendo até necessário que se plantem mais. Afirmo que se o Código Cooperativo for alterado e passar a ter o voto qualificado, as Adegas Cooperativas terão sucesso, inclusive sem a unificação, pois a economia do tamanho, se for uma

cooperativa num Concelho, o seu poderio, a capacidade de investimento, promoção e marketing são diluídas, pois esse tipo de despesas por uma quantidade muito maior de litros, fica muito mais barato. Relativamente à palavra “Douro”, indica que esta não pode ser marca, pois “Douro” é uma coisa que pertence a todos os Durienses. O NOVAL e todas as outras firmas grandes, inclusive a Romaneira que vai entrar no mercado a curto prazo, é obrigatório pôr no Douro, a denominação DOC – Douro, AQPRDDOURO (Vinho Qualidade Produzido Região Demarcada Douro). Indica ainda que é como o nome “Alijó”, não se pode colocar, pois esta é de todos os Alijoenses, não podendo ser apenas de um. Afirma que com a sua intervenção pretende transmitir o seu ponto de vista, ligado um pouco à experiência adquirida durante 20 anos de luta bastante complicada devido ao seu tamanho. A *economia* do tamanho tem uma interferência muito grande nas soluções, mas é possível, aceitável e recomendável, no entanto é necessária a alteração do Código Cooperativo. -----

-----**DEPUTADO BELARMINO MONTEIRO:** Indica que pretende centrar a sua intervenção sobre a parte final da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, pois transmitiu boas notícias sobre investimentos futuros para o Concelho. Foca ainda a parte inicial da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, relativamente às lixeiras existentes no Concelho de Alijó. Indica que este problema também se faz sentir diariamente na sua Freguesia. Em tempos foram colocados uns Editais enviados pela Câmara Municipal, a anunciar os dias em que as pessoas deveriam colocar os “monstros” junto aos contentores. As pessoas esquecem-se rapidamente e colocam os “monstros” no dia que muito bem entendem, sem qualquer respeito pelos outros. Dirige-se ao Sr. Presidente da Câmara, dizendo que em relação aos lixos, aceita que Alijó, são as vistas do Concelho e verifica que nesta há uma actuação mais cuidada com a limpeza das ruas, da Vila e propõe ao Sr. Presidente se possível, conciliar com a Serurb, uma ida pelas outras Freguesias, pelo menos uma vez por semana, para aí também haver limpeza adequada, assim como também, insistir com a referida empresa, para que os contentores sejam substituídos de forma regular e que seja factor da sua limpeza, que provocam maus cheiros, assim como substituir os que considerem obsoletos de chapa, muitos sem tampa, que estão várias semanas sem serem substituídos, apesar de fazerem a devida comunicação para a empresa. Relativamente ao problema levantado pelo Sr. Deputado Jaime Cardoso, no que concerne à fossa séptica de Cheires que está a afectar a água do Rio Pinhão, onde aqueles que não têm mil euros para pagar uma diária num empreendimento turístico, aqueles que não têm dinheiro

para ir para o Algarve e outros destinos turísticos, que são aqueles, que tal como referiu o Sr. Deputado Jaime Cardoso, os emigrantes que vêm passar as suas férias ao Concelho de Alijó, de onde são naturais. Finaliza expressando que se esta situação não for remediada tão depressa quanto desejável, solicita que seja colocada uma placa dizendo que a água se encontra inacessível para banhos, protegendo assim a saúde daqueles que gostam de ir tomar banho ao Rio Pinhão. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Inicia a sua intervenção dando os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara pela forma como se tem colocado no terreno, como aproveita todas as iniciativas para levar a voz do Concelho de Alijó mais longe. Afirma que é com profunda sinceridade que se sente orgulhoso de terem um Presidente ao tão activo, tão defensor do Concelho. Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Câmara, afirma que há coisas que não estarão tão bem, ou estarão para uns e para outros não. Relativamente às ETAR's e Mini ETAR's acaba por ver que ganham alguma vantagem as mini ETAR's ou ETAR's que são construídas objectivamente pela Câmara com custos financeiros da Câmara em detrimento das outras que são construídas pelas Águas de Trás os Montes, pois relativamente a estas o Sr. Presidente responde "Isso é lá com eles, não sei quando será" e os Presidentes de Junta que representam essas Freguesias continuam com o problema e sem uma explicação objectiva para as pessoas que os elegeram. As que foram construídas pela Câmara logo lhes dizem "Será agora", "Daqui a meio ano", existindo uma resposta mais afirmativa. Afirma que gostou quando o Sr. Presidente da Câmara referiu "Não há Freguesias, não há populações de primeira e de segunda, é tudo igual", no entanto considera que há rotundas de primeira e de segunda, porque na última Assembleia Municipal, tal como está expresso na Acta, na página 28, de que a rotunda que dá acesso à Zona Industrial que não foi arranjada ao mesmo tempo que as de Alijó, por uma questão de planeamento, mas que o iria ser brevemente. Desta forma há uma grande diferença entre as rotundas do centro do Concelho e as outras que proliferam particularmente a norte, que se encontram descuidadas e não são um bom cartão de visita para quem os visita. Refere a questão dos lixos, informando que a Chã também tem este problema e lembra ao Sr. Presidente da Câmara que vieram alguns contentores, os quais foram todos colocados a sul, não havendo nenhum a norte do Concelho. No que concerne à questão das escolas, indica não poder deixar de se lamentar, pois a escola de Vila Chã com quinze ou treze alunos é obrigada a fechar e nem as obras foram feitas. Indica que a escola é bonita, está bem situada, no centro da Freguesia e

falando com professores, dizem que acima de dez alunos já conseguem trabalhar, já há condições para as escolas continuarem abertas. Indica que a seu ver houve desde a primeira hora, uma grande vontade em concentrar tudo a sul particularmente da Sede do Concelho. Assim, se pretendem defender que não haja primeiras, nem segundas, se querem todos por igual, ainda hoje continua a defender a criação de um pólo a norte do Concelho, não importando onde fosse, para abrigar todas as crianças a norte do Concelho e não tivessem que ser “encabadas” às sete horas da manhã em autocarros, alguns em fracas condições, sendo até denominados de “barcas”. Dá como exemplo Vila Real que só agora assinou a Carta Educativa, mas apresentou como proposta a construção de seis pólos de escolas distribuídos pelo Concelho, tendo um postura totalmente diferente do Município de Alijó. Indica que não podem dizer ou querer que as pessoas não abandonem a parte norte do Concelho e depois não colocarem lá infra estruturas, as quais retêm lá as pessoas, tal como emprego, escolas entre outras coisas que giram à volta dos interesses das pessoas. Afirma com alguma mágoa que se parar para pensar, vê que as obras a sul do Concelho andam a uma velocidade tremenda, enquanto que a norte do mesmo, arrastam-se, adiam-se e cria-se uma disparidade entre o norte e o sul que não beneficia a coesão do Concelho. As infra estruturas a norte do Concelho são precisas “como pão para a boca” e não podem pedir ou quase exigir em tom por vezes altivo “...mas a norte do Concelho não tem gente”. Pensa que todos são muito responsáveis pelo facto do norte não ter gente, porque as pessoas “não podem viver do ar”, se não tiverem de que se alimentar, se não tiverem de que viver, não se irão fixar lá. Indica ainda que o Sr. Presidente focou a A4, a qual vai ser concluída e implora que se criem razões para que as pessoas se fixem lá e a mesma não sirva para aquilo que serviu o IP4, que até agora apenas serviu para levar pessoas do norte do Concelho. Há necessidade de criar razões económicas, sociais, de toda a ordem para que a auto-estrada agora inverta o ciclo. Refere ainda o Polivalente da Chã, onde se torna difícil jogar com o calor que se faz sentir e as pessoas pedem que seja colocada iluminação no mesmo, para assim poderem jogar à noite e solicita ao Sr. Presidente da Câmara que tome as devidas providências a fim do mesmo ficar iluminado. Relativamente às Zonas de Intervenção Florestal, indica que há Presidentes de Junta de Freguesia empenhados na criação das mesmas assim como há alguns não tão empenhados, pois provavelmente alguns não têm tanta apetência para as ZIF ‘s porque vai colidir com alguns interesses, o que não é verdade. O espaço vai ser de todos, aproveitado por todos

desde que haja regras e todos saibam usufruir do mesmo. Pede aos Srs. Presidentes de Junta que se empenhem, pois não têm outro recurso. Indica ainda que se têm na zona um recurso económico como é a floresta, vão ser os primeiros a dar o passo em frente e justificar o voto que as pessoas delegaram neles. As pessoas quando votaram nos Presidentes de Junta, não foi para estes serem apáticos, nem passivos, foi para serem interventivos e estarem na linha da frente a defenderem o que interessa às populações. Indica que gostaria que houvesse uma atitude mais activa na questão da ZIF. Agradece ao Sr. Presidente todo o empenho, dedicação, força e dinâmica que pôs nas reuniões que desembocou, nas que fizeram em Francelos, Vila Chã e Carvalho, que tem crescido de reunião para reunião e isso deve-se às pessoas interventivas e que deram a cara para ajudar as pessoas do norte do Concelho, para que não fique tão desertificado e rentabilizando o que existe no Concelho. Orgulha-se que o Concelho tenha uma Quinta da Romaneira, que seja um esplendor, tal como o Sr. Presidente descreveu, no entanto indica que “não há bela sem senão” e com mais quatro ou cinco investimentos destas, que pudessem vir a ocupar uma área de quatrocentos hectares, “ficariam quase a ter que passar por nescas e tudo o resto era do dinheiro e o povo pouco usufruía disso”. -----

-----**DEPUTADA FILOMENA NOGUEIRA:** Agradece as boas notícias dadas pelo Sr. Presidente da Câmara, inclusive a construção do IC5 já em 2008, porque vai beneficiar tanto o Concelho como a Freguesia do Pópulo. Relativamente às Zonas de Intervenção Florestal, dirige-se ao Sr. Presidente da Câmara e pergunta quantas ZIF's e sugere que se forme uma Zona de Intervenção Florestal na zona norte do Concelho, dado que numa época em que há cada vez mais projectos inter Municipais, estão a regredir, fazendo a divisão das Freguesias. Indica que não foi convocada para que fizessem uma reunião para a formação da Zona de Intervenção Florestal, que de forma construtiva, harmoniosa fizesse da floresta, uma Zona com mais valor, melhor arranjada, onde pudessem fazer reflorestação. Informa que não concorda que seja feita uma Zona de Intervenção Florestal no Pópulo, uma em Pegarinhos, etc, achando que todos se deviam unir, fazer uma Associação e tratar da floresta convenientemente e todos da mesma forma. Relativamente à zona norte de Concelho, às rotundas e todas as obras referidas, indica concordar em parte, com a intervenção do seu colega, Presidente da Junta de Vila Chã. A entrada norte do Concelho é o Populo onde apenas existe uma rotunda há cerca de 50 anos. Nunca ninguém se dignou a arranjar aquela rotunda, inclusive o pavimento das ruas, os pavimentos onde as pessoas vivem no dia a dia.

No Alto do Pópulo estão a fazer o pavimento, mas os arruamentos estão por fazer. Questiona o Sr. Presidente se é desta forma que andam à mesma velocidade da zona sul do Concelho. Indica que há uma situação muito caricata da qual se aborrece em falar na Assembleia Municipal, sendo o facto de ter uma obra começada no Pópulo há meses, em que o empreiteiro não está a cumprir e que a envergonha, assim como também deve envergonhar a Câmara, porque foi uma obra, cujo concurso público foi elaborado pela Câmara. A referida obra tinha prazo de execução de dois meses, já no ano transacto. O empreiteiro já a iniciou fora de prazo, tendo iniciado em Dezembro do ano passado e a mesma está parada. Afirma que nunca ninguém teve o bom senso de lhe perguntar o que se passa com a referida obra, no entanto já pediu ajuda, pois o empreiteiro não cumpriu e deviam-lhe retirar a obra, pediu ainda ajuda ao Sr. Vice – Presidente da Câmara, para que o Sr. Alcídio conclua a mesma, porque é uma vergonha. Indica uma vez mais que nunca ninguém da Câmara lhe perguntou se precisava de ajuda ou o que se passava com a obra que está empatada há meses. Dirige-se ao Sr. Presidente dizendo que não é tratada da mesma forma que os outros Presidentes de Junta. Indica não saber o motivo para tal e lembra que na anterior reunião referiu que talvez seja porque “não ande aqui todos os dias, não tenho tempo para isso, mas devo ser tratada de igual forma”. A seu ver, a zona norte do Concelho está a ser mal tratada e já a deviam ter questionado sobre o que se passa com a referida obra, pois era a obrigação da Câmara, uma vez que o Sr. Alcídio não está a cumprir. Indica que lhe apetece pegar numa retro escavadora e ir ao local levantar todas as pedras que estão lá espalhadas que incomodam as pessoas que lá passam diariamente, inclusive também a incomodam, no seu íntimo, no seu ser e na sua visibilidade. Informa que já escreveu ao Sr. empreiteiro para renegar a obra, pois é uma situação que a envergonha. Ameaça que se a mesma não for resolvida num curto espaço de tempo, se dirige ao local com uma retro escavadora e levanta as pedras. Indica ainda que o empreiteiro se está a servir de uma propriedade pública para fazer de estaleiro, não tendo esse direito. O Centro de Saúde é um espaço público que precisa de um estacionamento livre e estão lá muitas pedras, saibro, etc, situação que não pode admitir por muito mais tempo e Câmara ou o empreiteiro têm que tomar providências e executar, para a entregar e ser paga, uma vez que o dinheiro está à ordem no Banco para lhe pagar assim que estiver concluída. Pergunta se estas pessoas não têm que ser penalizadas e se a Câmara não tem uma palavra a dizer. Indica ainda que é uma Junta de Freguesia pequena e gostaria que a

ajudassem neste sentido, para que a referida obra seja terminada, pois não é por falta de dinheiro. Refere que se esta situação se verificasse na zona sul do Concelho talvez já estivesse resolvida. Termina reafirmando que pediu ajuda ao Sr. Vice – Presidente, inclusive que telefonasse ao Sr. Alcídio, solicitando a conclusão da obra. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá palavra ao S. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos solicitados: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Dirige-se à Sra. Deputada e Presidente de Junta do Pópulo, dizendo que tem toda a razão na sua intervenção, no entanto acaba de tomar conhecimento da situação neste preciso momento. Relativamente à ajuda solicitada, informa que a mesma lhe será concedida a partir do presente momento e durante a semana que se segue. Indica ainda que se tivesse pedido ajuda antes, já lhe teria sido concedida e se calhar o problema já estaria resolvido, no entanto não sabe qual o ponto de situação, uma vez que o Sr. Vice – Presidente se encontra ausente para uma reunião. Indica ainda que vai falar com o Sr. Vice – Presidente no sentido de apurar o ponto de situação desta questão, mas esclarece que nenhum membro do Executivo tem uma varinha de condão que faça com que de um momento para o outro, aqueles que ganham as obras procedam como a Sra. Deputada afirmou que procedem, vão para esta ou outra obra. Indica que têm que utilizar o que a Lei prevê e permite fazer, que é que se cumpra os prazos. Tal como a Sra. Deputada e Presidente de Junta referiu, o Sr. Presidente da Câmara esclarece que a obra não é da responsabilidade da Câmara Municipal de Alijó, mas da Junta de Freguesia do Pópulo e a Câmara limitou-se a duas coisas: a fazer-lhe o concurso para a obra e a dotar a Junta de Freguesia de instrumentos financeiros para a pagar. Desta forma, quem tem que obrigar o empreiteiro a cumprir é a Junta de Freguesia e não a Câmara Municipal, no entanto esta última pode ajudar a Junta de Freguesia a pressionar o empreiteiro, mas não tem sequer legitimidade legal para romper com contratos ou fazer o que quer que seja. Informa que a partir de segunda – feira põe ao dispor da Junta de Freguesia do Pópulo, todos os recursos humanos e técnicos necessários para resolver o problema, tal como sempre fez com esta e com outras Juntas de Freguesia do Concelho de Alijó. Admite que as pessoas tenham discordâncias relativamente à estratégia que a Câmara utiliza para desenvolver o investimento ao longo de todo o Concelho, mas não admite, não aceita por não ser verdade e é uma injustiça que digam que o Presidente da Câmara faz discriminação entre os

Presidentes de Junta ou entre o norte e o sul do Concelho e dá exemplos muito claros e concretos relativamente a esta matéria. A Sra. Presidente de Junta falou nas rotundas e referiu que há mais de 50 anos que não se faz nada naquela zona. Esclarece que não fazem rotundas no Pópulo porque vai ser esventrado pelo nó da A4 e isso seria um desperdício total de dinheiros públicos, sabendo que toda aquela zona vai ser alvo de uma intervenção. Compreende a insatisfação da Sra. Presidente de Junta, pois é o seu papel, mas solicita que esta compreenda também que quem está a gerir uma Câmara, tem que gerir com parcimónia e equilíbrio, os dinheiros públicos e enquanto estiver no Executivo, assume que não vai investir dinheiro nem no Pópulo nem em nenhuma Junta de Freguesia do Concelho, num sítio que sabe que amanhã o Estado, Administração Central vai lá reestruturar, reformular e fazer obras de fundo porque não têm dinheiro para deitar fora. O dinheiro não é do Executivo, nem do Concelho, é de todos os Contribuintes, porque para existir dinheiro no Concelho de Alijó, ele vem dos impostos de todos. Pergunta à Sra. Presidente de Junta e a todos os presentes se a zona de lazer junto da Junta de Freguesia foi feita no seu Mandato ou há 50 anos, pergunta ainda se outros investimentos, tal como a recuperação de uma casa degradada foi feita no seu mandato ou há 50 anos. Acredita que a Sra. Presidente de Junta quisesse mais e melhor, pois é esse o seu papel, até porque a política é um trabalho sem fim e depois de uma obra concretizada, pensam e sonham com a execução de outras. Pergunta ainda à Sra. Presidente de Junta quem foi o Presidente da Câmara que candidatou o Castro do Pópulo a Património Mundial. Questiona ainda quem foi o Presidente da Câmara que candidatou a zona do Pópulo a plataforma logística inter Municipal, que vai ser o maior investimento a ser concretizado do ponto de vista privado e da criação de emprego e de riqueza que podem ter na zona norte do Concelho. As coisas não nascem de geração espontânea, estão a ser feitas agora. Relativamente às Zonas de Intervenção Florestal, pergunta à Sra. Presidente de Junta quem a informou que o Sr. Presidente da Câmara anda a defender que as ZIF's do Concelho sejam parciais ou seja de uma ou outra Junta de Freguesia. Relembra que a Câmara e as Juntas de Freguesia não são donos de nada, os donos são os proprietários. Dirige-se à Sra. Deputada Filomena Nogueira, dizendo que nunca defendeu, nem nunca defenderá divisões, pois não é pelas divisões e discórdias nem conflitos, sendo pois uma pessoa que desde que entrou para a Câmara não tem feito outra coisa que não seja unir, tentar congrega, tentar pacificar e acabar de uma vez por todas com a divisão dicotómica de norte e sul,

bons e maus, pois para si tal não existe, havendo sim, Freguesias deste Concelho e todos merecem o máximo respeito. Indica que as potencialidades de cada Freguesia são diferentes e um Presidente da Câmara não pode dar o mesmo a coisas diferentes, têm que tratar as coisas iguais como iguais e as coisas diferentes como diferentes. Não pode ter uma ZIF no Douro, mas pode ter norte do Concelho; não pode ter vinho de qualidade no granito, mas pode ter no xisto. Qual seria o papel de um Presidente da Câmara, ter um investidor que quer investir trinta milhões no Concelho, num investimento de turismo de alta qualidade e dizer “não invista, porque eu não quero que invista aí, quero que invista ali em cima naquela Freguesia e não quero nesta ou naquela”. O papel de um Presidente da Câmara é procurar o investimento para a totalidade do seu Concelho e distribuí-lo em função das potencialidades endógenas de cada uma das partes desse Concelho. Informa que começa a ficar farto de que o acusem daquilo que não faz. Ainda relativamente à questão da dicotomia norte – sul dirige-se ao Sr. Deputado António Fernandes, dizendo que não concorda quando o mesmo afirma que o Sr. Presidente da Câmara estabelece dicotomias entre os de primeira, rotundas de primeira e de segunda, obras que avançam a sul e não avançam a norte, que olha para o sul de uma forma e para o norte de outra. Informa que vai mostrar a todos os Srs. Deputados algo que entregou ao Sr. Primeiro – Ministro, um dossier, onde distribui os investimentos para a totalidade do Concelho e até zonas marcadas com cores, de norte a sul. Dirige-se à Sra. Deputada Filomena e indica que está marcada a zona do Pópulo, assim como também está a zona industrial do Pópulo. Os Srs. Deputados podem ter acesso a estes documentos e podem verificar que também está assinalada a Barragem de Vila Chã que foi apresentada como um investimento estruturante, no que diz respeito a uma paisagem natural protegida para o Concelho, para à volta da Barragem da Chã fazerem um investimento que aproveite as condições de Património Natural de toda a zona envolvente, aproveitando o ciclo do pão e da água. Podem ainda ver a Barragem do Tua que querem que se transforme num novo destino turístico para todo aquele vale e que talvez possa desenvolver uma das mais pequenas e humildes Freguesias, mas muito digna como todas as outras do Concelho de Alijó, que é o Amieiro, que se for concretizado, transformar-se – á num verdadeiro presépio turístico, em cima dessa própria linha de água, assim como Safres, Carlão, Franzilhal e S. Mamede de Ribatua. Indica que se isto for uma realidade, pois é uma prioridade do Governo e da EDP, vai transformar-se não apenas num aproveitamento hidroeléctrico como numa nova zona de enorme

potencial turístico. Podem ainda ver que está mencionado o Aeródromo da Chã, que fica a norte do Concelho, assim como a linha férrea do Douro, que está no sul do Concelho e não a pode defender noutra parte. Afirmo que não é justo, um Presidente que dá o que pode e o que sabe em defesa de todos, ser bombardeado em cada Assembleia com a dicotomia norte / sul. No que diz respeito à iluminação do Polivalente da Chã, esclareço que, tal como já informo oportunamente, irá ser realizado, assim como o de todos os outros. No que diz respeito à auto – estrada levar e trazer, dirige-se ao Sr. Deputado António Fernandes, esclarecendo que não pretendem que a mesma se limite a levar, querem que também traga. O investimento na zona da plataforma logística do Pópulo, é um investimento que está a ser conduzido e liderado pela Câmara Municipal de Alijó em Associação com as Câmaras de Sabrosa e Murça, no próximo Quadro Comunitário de Apoio, só vão ser apoiados os investimentos de carácter supra Municipal; daí a necessidade de se associar a outras Câmaras neste investimento, para que o mesmo possa ser candidatado. No que diz respeito à Carta Educativa do Concelho de Alijó, reafirmo perante a Assembleia Municipal, que a mesma é muito superior à Carta Educativa de Vila Real, porque esta última, para cinquenta mil habitantes, tem seis pólos e a Carta Educativa de Alijó, para cerca de 14 mil tem os mesmos seis pólos. A Câmara Municipal de Alijó teve uma enorme capacidade negociadora porque conseguiu pôr o mesmo número de pólos que a Capital de Distrito. Dirige-se ao Sr. Deputado e afirmo que o ouviu com todo o respeito e solicita que ele faça o mesmo, pois aceita as opiniões divergentes, mas os outros também têm que aceitar as suas. A Democracia implica o respeito mútuo, não é apenas uns poderem dizer o que lhes apetece e os outros continuarem a engolir, fazendo de conta que nada se passa. Refere ainda que os pólos são as cinco Vilas e Pegarinhos. Está um pólo localizado em Pegarinhos não porque a Câmara Municipal o escolhesse, mas porque existe lá uma P3, nas condições que o Ministério da Educação mandou construir e com a zona envolvente criou condições para que fosse ali o pólo educativo da zona norte. A partir de agora, a zona norte tem que o tornar viável porque se assim não for, o que hoje é pólo, amanhã pode deixar de ser, pois nada na vida está certo para sempre. A Câmara Municipal, manifestou-se sempre contra esta forma de reordenamento da rede, não contra os princípios, mas contra o *timing*, o modo e o método e manifestou numa reunião de Câmara por escrito e por unanimidade, pois estão presentes dois Srs. Vereadores, um da oposição e uma Sra. Vereadora do poder, que podem testemunhar o que está a afirmar e pode ainda

enviar a Acta a todos os Srs. Deputados, mas defenderam intransigentemente até ao último dia, até à última gota antes de aprovar a Carta Educativa, a melhor hipótese para o Concelho, que são os seis pólos. Em termos técnicos não foi possível defender mais pólos, ficando assim Pegarinhos, Alijó, Favaios, Sanfins do Douro, Vilar de Maçada e Pinhão. No que diz respeito aos contentores, o Sr. Deputado tem razão, pois ainda não estão colocados todos onde deviam estar. Contudo, refere esse primeiro exemplo; estão em sítios estudados e tinha de começar por algum lado, começando por este porque era o sítio em que se estava a formar mais lixo no Concelho. No que diz respeito às rotundas de primeira e de segunda, este assunto já foi referido na última Assembleia, onde esclareceu que o dinheiro não dava para todas, tendo que fazer opções, considerando que as rotundas de Presandães e em frente ao Hospital são mais visíveis e vistas por mais gente do que a rotunda da ETA, no entanto não afirmou que não a ia tratar. Requalificou as que estavam mais expostas e a rotunda da ETA pertence às obras da ETA, onde há enormíssimo trânsito de camiões das respectivas obras. Esclarece que para alindar uma rotunda daquela natureza, primeiro devem terminar as obras e depois devem tratar da beleza estética. Aceita que o Sr. Deputado pense de forma diferente e compreende, mas esta foi uma opção assumida, não para discriminar ninguém mas para investir de acordo com o sentido de prioridades. Dirige-se ao Sr. Deputado António Fernandes dizendo que até é muito seu amigo, simplesmente por mais amigo que seja e de qualquer um dos Srs. Presidentes de Junta, nunca fará investimentos em qualquer Junta de Freguesia por amizade, fa-los-á sempre por prioridades e pensamentos estratégicos. No que diz respeito às mini Etar's, indica que o Sr. Deputado tem toda a razão, mas refere uma vez mais que só manda naquilo que são as suas competências e responsabilidades. As Águas de Trás os Montes e Alto Douro, têm as obras calendarizadas no espaço e no tempo, têm cumprido essa calendarização, com os atrasos naturais em qualquer obra. Informa que não vai fazer mini Etar's onde sabe que as Águas de Trás os Montes e Alto Douro vão fazer. Questiona o Sr. Deputado se estivesse no seu lugar, se também ia investir dinheiro da Câmara onde sabia existirem investimentos de uma empresa e investimentos de Fundos Comunitários e deixava de fazer onde sabia que não há esse tipo de investimentos. Dirige-se ao Sr. Deputado e Presidente de Junta Belarmino Monteiro, dizendo que, no que concerne aos investimentos na área do ambiente, tal como diz na notícia, gastam cinquenta mil euros por mês e não têm capacidade para gastar mais nessa área. Caso contrário, vão passar a figurar no número

daquelas Câmaras, que estão na lista negra e onde não aparecem. Informa que estão a constituir a empresa inter Municipal, apoiada pelos sete Municípios do Agrupamento do vale do Douro Norte, empresa essa que no processo de concentração, como as Adeegas ou as ZIF's , para ganhar escala, vai poder fazer esse trabalho gastando muito menos e as Câmaras vão passar a poder ter mais, com menos dinheiro. Até ao momento, a empresa ainda não está a funcionar, foram aprovados os estatutos na última Assembleia os Estatutos. Dirige-se ao Sr. Deputado Jaime Cardoso, agradecendo a lição prestada acerca do sector cooperativo e da realidade vitivinícola, não apenas do Concelho de Alijó como da Região. Informa que nunca se tinha lembrado do que o Sr. Deputado acabou de referir relativamente ao Código Cooperativo e desconhecia. Indica que apenas discorda numa coisa, pois o pequeno e médio também tem que ser defendido, no entanto percebeu o que o Sr. Deputado quis dizer quando referiu a dicotomia entre o número e o valor económico, mas só se forem para esta Associação é que o pequeno e médio serão defendidos. A concentração das Adeegas implica essa mudança de paradigma que o Sr. Deputado referiu, tal como disse o Sr. Secretário de Estado, tal como pode ser confirmado por um elemento presente de uma Adeega. A Câmara pagou dois terços de um estudo para montarem um esquema de engenharia financeira e o Ministério da Agricultura e os técnicos que têm acompanhado as Cooperativas neste esforço, sabem tal como sabem todos os Srs. Deputados que se pretende não é juntar a desgraça à desgraça alheia, mas mudar o paradigma, eventualmente alterando a situação do Código, mas profissionalizando, dando competitividade empresarial às Cooperativas mas com coesão social. O Estado não pode interferir directamente nas regras de mercado se não quiser a preocupação com a coesão social. Informa que enquanto estiver no Executivo, bater-se -á sempre para que a intervenção procure conciliar o domínio da competitividade com a coesão social. Tal como referiu o Sr. Deputado, não há alternativa, ou mudam de paradigma ou mais cedo ou mais tarde, acontece que os grandes e médios que ainda têm algum poder económico, vão sair das Cooperativas e vão construir eles próprios ao nível do privado essa concentração, não restando nada ao pequeno agricultor. Nessa altura passam a assistir ao que já assistem no Concelho de Alijó, ou seja, investidores de fora a comprarem inúmeras propriedades no Douro e o minifúndio no Douro, a continuar esta situação, tem os dias contados. Mas a Câmara Municipal de Alijó, quer no que concerne às ZIF's e à Biomassa Florestal, quer no que concerne a esta matéria, está de consciência tranquila porque alertou para o problema,

chamando cá o Ministro da Agricultura, o Primeiro – Ministro, pagou o estudo e depois se as pessoas não se entenderem, não poderão dizer que a Câmara Municipal de Alijó, não procurou mostrar o caminho possível neste momento de crise. No que diz respeito à marca, é evidente que a marca é da Região, mas o que se defende neste momento, é que em qualquer garrafa do Douro apareça no rótulo como imagem de marca e não como marca, a palavra Douro e depois em sub título apareça a especificação de cada, mas isso é uma questão técnica. No que diz respeito à fossa séptica, esclarece que não apostaram na fossa séptica porque já acabou porque têm um prazo de validade. A fossa séptica em questão e segundo o diagnóstico feito pelos serviços, não tem capacidade, esgotou e conseqüentemente a única hipótese que têm é fazer uma mini ETAR. Finaliza afirmando que não faz nada para discriminar partes do território, nem para discriminar pessoas ou instituições e tudo tem feito para evitar esse tipo de avaliações. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Introdúz *Ponto Dois da Ordem de Trabalhos”Pedido de Adesão à Associação de Municípios Portugueses do Vinho”* e dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Indica que este Ponto da Ordem de Trabalhos é mais uma situação em que a Câmara Municipal de Alijó e o conjunto das Câmaras da Associação de Municípios do Agrupamento do Vale do Douro Norte, vão participar como sócias, pagando uma quantia irrisória para a Associação que tomou dianteira relativamente a esta situação no que concerne às Autarquias do Douro. A nova Lei das Finanças Locais e a nova Lei do Associativismo Municipal permite que Autarquias de diferentes Regiões se associem para fins específicos, foi o que fizeram estas Autarquias da zona sul ligadas ao vinho e à vitivinicultura e avançaram com a Associação. Indica que ou ficavam fora desta Associação ou entravam e depois procuram fazer valer os seus argumentos e interesses económicos. Informando que optaram pela segunda alternativa, pois é participando dentro que podem fazer valer os seus interesses e não participando ou criando outra Associação paralela. Esta situação carece de ir a Reunião de Câmara e a Assembleia Municipal e é presente para esse fim. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições e não havendo Inscrições procedeu-se à votação do *Ponto Dois da Ordem de Trabalhos”Pedido de Adesão à Associação de Municípios Portugueses do Vinho”*, sendo aprovado por unanimidade com 28 votos a favor. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Introduce *Ponto Três da Ordem de Trabalhos* “Pedido de Aprovação da 8.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2007”, dando a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Informa que esta modificação e esta Revisão tem origem numa questão de gestão quotidiana da Câmara que é a reafecção de verbas, mas neste caso concreto tem uma razão principal, que se prende com a candidatura para a zona norte do Concelho, mais concretamente para a recuperação da Anta da Fonte Coberta da Chã e toda a sua zona envolvente. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre o Período de Inscrições e não havendo Inscrições, procedeu-se à votação do Ponto Três da Ordem de Trabalhos “Pedido de Aprovação da 8.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2007””, sendo aprovado por unanimidade com 27 votos a favor -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** introduz o *Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos* “*Pedido de Apreciação relativamente à revitalização da Linha do Douro*”, dando a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente a este Ponto da Ordem de Trabalhos reafirma o que já disse no Período Antes da Ordem do Dia e como podem verificar não é apenas o Município de Alijó, mas o conjunto de Municípios ribeirinhos que entende que deve haver uma linha férrea a ligar Porto a Salamanca. Esta iniciativa começou na Câmara Municipal de Marco de Canaveses está presente na Assembleia Municipal com um único objectivo: dar força e legitimidade a toda esta área territorial para reivindicar por unanimidade esta mesma linha férrea. Indica que estão todos unidos num objectivo comum: poder reforçar quem tem responsabilidade nestas matérias a olhar por esta linha férrea como uma linha estratégica para o desenvolvimento não apenas do Concelho de Alijó, mas de toda a Região Demarcada do Douro. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO BELARMINO MONTEIRO:** Relativamente a este documento apresentado, indica que teve o cuidado de o ver atentamente, considerando-o bastante importante. Considera ainda importante que alguém tivesse tomado esta iniciativa porque a linha férrea atravessa o

Concelho de Alijó e é importante para o desenvolvimento. Indica que é com muita tristeza que vê a Estação do Pinhão encerrada aos sábados, domingos e feriados. Lembra que se habituou desde a sua juventude a fazer viagens de comboio, de ida e volta, do Pinhão para o Porto, achando bem que tomem esta iniciativa. Conta que uma professora com raízes em Favaios, que lecciona no Porto o contactou telefonicamente, no sentido de fazer uma visita ao Concelho de Alijó, via linha férrea, com uma turma à qual ela dava aulas. A mesma pediu-lhe para colaborar com ela no sentido de saber quais os horários, se havia ligação em camioneta para transportar os referidos alunos, do Pinhão até Favaios e conseqüentemente para o resto do Concelho. Lamentavelmente andou a ver os horários e verificou que acessos para o Pinhão com transporte de camioneta assegurados pela Rodonorte, apenas existe um, que passa em Favaios às 10 horas da manhã e de resto nem de ida nem de volta existem outros acessos. A professora acabou por não fazer a dita viagem com os alunos, o que considera lamentável. Devem apostar nestas iniciativas, porque na intervenção do Sr. Presidente da Câmara, quando se referiu, e bem, ao que está a ser feito a nível de construção do IC5, das auto – estradas, das variantes, entende que a linha férrea é muito importante também para o desenvolvimento do Concelho e de toda a Região. -----

-----**DEPUTADO JAIME CARDOSO:** Pretende parabenizar o Município que teve essa bela ideia e encorajar o Sr. Presidente da Câmara no sentido de que faça o máximo de esforço, não só pela manutenção e melhoramento, mas se possível que alterasse para uma vitola mais larga para poderem ter comboios um pouco mais rápidos, o que seria ideal para todos. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Indica que ao arrepio de algumas coisas que foram ditas, há coerência e responsabilidade tanto dos Deputados como dos Presidentes de Junta de Freguesia. Indica ainda que não é novidade para ninguém, pois já têm visto Presidentes de Junta de um extremo, defender o que interessa noutro extremo. Está plenamente de acordo, pois leu o processo, está muito bem elaborado e viu o empenhamento dos Concelhos ribeirinhos ou dos Presidentes de Junta, dos Presidentes de Assembleias Municipais ribeirinhos, todos estão empenhados e congratula-se com isso. Dá os parabéns a quem teve a iniciativa e se disponibilizou para apoiar esta iniciativa. Finaliza afirmando que irá votar favoravelmente. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** coloca a votação do *Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos* “*Pedido de Apreciação relativamente à revitalização da Linha do Douro*“ sendo aprovado por

unanimidade com 28 votos a favor. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** introduz o *Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos* "Pedido do Aprovação do Estudo de Suspensão parcial do Plano Director Municipal", dando a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Indica que estão perante uma situação que pela primeira vez vai ser feita no Concelho de Alijó, pois desde que este PDM está em vigor, é a primeira vez que alguém mete um projecto desta natureza para suspensão parcial do PDM, com um objectivo claro. Embora o mesmo esteja bem explicado no extenso documento que é presente a esta Assembleia Municipal, não pode deixar de referir que este processo só foi possível pela tenacidade do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã, mas também pela determinação da Autarquia Alijoense, que desde a primeira hora o acompanhou neste processo, inclusive numa ida à CCDRN, para em conjunto encontrar a forma de ultrapassar este obstáculo à candidatura do Centro Social de Vila Chã ao "PARES", mais um exemplo da tenacidade com que a Autarquia de Alijó defende todas as zonas do Concelho e todos os investimentos estruturantes para o mesmo. Neste caso trata-se de coesão social e não há zona do Concelho que mais precise de coesão social do que a zona norte. Reafirma, no que diz respeito a este tipo de infra estruturas, infelizmente que a zona sul atrasou-se no espaço e no tempo e por isso pretende dizer aos Srs. Presidentes de Junta presentes que, assim como fizeram isto a esta Junta de Freguesia da zona norte, se alguém precisar no futuro que façam o mesmo para alguma outra Freguesia, seja qual for a sua "cor", seja qual for a sua localização, pode contar com o Presidente da Câmara, com todo o Executivo e com os funcionários para fazer rigorosamente o mesmo em qualquer outra circunstância. Relembra que o Centro de Dia do Amieiro não seria construído se a Câmara Municipal de Alijó não interviesse como intervieram. Lembra ainda o Centro de Dia de S. Mamede de Ribatua, também não conheceria a luz do dia se a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal não fizessem as obras que a Segurança Social não teve dinheiro para as realizar, tal como pode confirmar o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, que se encontra presente. Finaliza que estão presentes para garantir a coesão de todo o território do Concelho de Alijó. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito o seguinte Sr. Deputado: -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Informa que toma da palavra para corroborar tudo o que o Sr. Presidente da Câmara disse e afirmou que é uma realidade. Sem o esforço, sem a dedicação, sem o empenhamento, sem a demonstração de que está com as populações neste caso concreto com Vila Chã, também teve uma grande participação quer económica, quer interventiva, quer de ajuda do processo da Câmara Municipal. Indica que é um bom exemplo que deve ser enaltecido, quer seja por Vila Chã, quer pelo Pinhão ou por outra qualquer Freguesia. Indica ainda que é isto que os deve unir e ajudarem-se quando qualquer Freguesia precisar. O Concelho é de medida norte e sul, portanto têm que viver com isso e tem que ser dito de uma forma que sirva para benefício das populações e não para se exaltarem. Agradece uma vez mais pelo empenhamento do Sr. Presidente da Câmara e expressa – o por achar que é justo, não por amizade, pois essa mantém-se intacta e não interfere nos reais interesses das populações. Sem a ajuda do Sr. Presidente não era possível levar esta candidatura a bom termo e graças ao seu empenhamento, ao Gabinete de Obras, a todos os funcionários da Câmara Municipal, pois toda a gente se empenhou. Finaliza expressando que estas coisas é que os devem unir e enaltecer, porque a Assembleia é para dizer o que lhes vai na alma, independentemente de um ou outro não gostar. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação o *Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos*” *Pedido do Aprovação do Estudo de Suspensão parcial do Plano Director Municipal*”.” sendo aprovado por unanimidade com 28 votos a favor. -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** dá por terminados os trabalhos. -----
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Membros da Mesa. -----